



ReneDH
Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos APPDH 2025

.**ObservaDH**

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO



Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos APPDH 2025

.**ObservaDH**

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

Luiz Inácio Lula Da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Macaé Maria Evaristo Dos Santos
Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania

Janine Mello Dos Santos
Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Pedro De Lemos Macdowell
Coordenador-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

EXPEDIENTE

Coordenação editorial Pedro de Lemos MacDowell	Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos (CGIE) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) Ana Paula Soares Gomes Bruno Gondim Barbosa Duarte Daniela Fortunato Rêgo Gabriela Catunda Peres Gleidistone Rodrigues Carvalho Júlia de Albuquerque Pacheco Luciana Felix Ferreira Luciani Martins Ricardi Noëlle da Silva Pedro de Lemos MacDowell Yarah Rodrigues de Oliveira
Organização Noëlle da Silva Pedro de Lemos MacDowell	
Editoração eletrônica Gabriela Catunda Peres Pedro Henrique Batista Vieira	
Normalização Márcia Rocha de Aguiar	
Imagen Lyon Santos/MDS	URL: https://observadh.mdh.gov.br URL: https://renedh.mdh.gov.br/ URL: https://www.gov.br/mdh

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

**Agenda de Prioridades
de Pesquisa em
Direitos Humanos
APPDH • 2025**

Brasília
2025

A265

Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos APPDH 2025 / Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - Brasilia: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2025.

58 p. : color.]
ISBN : 978-65-88137-65-9

1. Indicadores de Direitos Humanos. 2. Direitos Humanos - Brasil. I. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. II. Título.

CDD 323



Agradecimentos

A todas as Secretarias Nacionais que compõem o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) — Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH), Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) e Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SLGBTQIA+) —, ao Gabinete Ministerial e suas Assessorias Especiais e à Secretaria-Executiva , pelo apoio e colaboração na elaboração desta publicação.

Sumário

Sumário Executivo	8
Introdução	9
Metodologia	10
Temas Prioritários	12
Bibliografia	15
Anexo	16
Apêndice	55



Sumário Executivo

A Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos 2025 (APPDH - 2025) é uma estratégia de levantamento de temas prioritários de pesquisa com objetivo de fomentar a produção, o uso e a institucionalização de dados, informações e evidências em direitos humanos no Brasil. Essa iniciativa integra os esforços de fortalecimento das políticas informadas por evidências no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Esta publicação é uma atualização do processo de priorização de pesquisa iniciado em 2024 com a primeira edição da Agenda. É importante destacar que o processo de priorização de pesquisas em direitos humanos não se encerra neste documento, devendo ser atualizado sempre que necessário, conforme evoluem as necessidades das políticas públicas de direitos humanos. A APPDH é um marco importante para a promoção de estratégias de tradução do conhecimento para fins de aproximação entre gestores(as), pesquisadores(as) e sociedade nos temas associados aos direitos humanos, no intuito de ofertar subsídios técnico-científicos para a tomada de decisão qualificada de políticas e programas em benefício das pessoas.

Os temas apresentados buscam visibilizar as necessidades prioritárias das áreas finalísticas do MDHC, com o objetivo de promover a realização de pesquisas que dialoguem com problemas públicos importantes, identificados como tal pelos(as) gestores(as) das políticas nacionais de direitos humanos.

A APPDH é uma iniciativa vinculada à Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH), iniciativa do MDHC para construção de uma instância colaborativa de produção de evidências em direitos humanos.

Nesta edição da Agenda são apresentados 60 temas prioritários de pesquisa, organizados em sete eixos:

Eixo 1 • Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

Eixo 2 • Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Eixo 3 • Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

Eixo 4 • Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

Eixo 5 • Promoção dos Direitos Humanos

Eixo 6 • Defesa dos Direitos Humanos

Eixo 7 • Educação e Cultura em Direitos Humanos

Espera-se que a APPDH 2025 possa nortear ações de pesquisas, estudos e análises, sensibilizando órgãos públicos e instituições de pesquisa para a produção de pesquisas orientadas e qualificando o debate público em direitos humanos e cidadania.

Introdução

Diante do objetivo de fortalecer a promoção e a defesa dos direitos humanos e a garantia da cidadania no Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem atuado para avançar na institucionalização das políticas de direitos humanos como políticas de Estado.

Para alcançar esse objetivo, constitui um passo fundamental estabelecer uma cultura de produção e uso de dados, indicadores e evidências para subsidiar as políticas de direitos humanos. Políticas, programas, estratégias e ações governamentais tendem a se tornar mais efetivas na medida em que conseguem incorporar o conhecimento científico e a participação de diversos setores da sociedade em seus processos e práticas. Trata-se de institucionalizar políticas de direitos humanos informadas pelas melhores evidências disponíveis.

Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania adotou como princípios para a construção da APPDH:

- A promoção da justiça social e da cidadania por meio da observância dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana como sujeito central no processo de desenvolvimento do Estado brasileiro.
- A promoção do uso de informações estratégicas e evidências que orientem o processo de tomada de decisão de gestores públicos, tendo como compromisso a oferta de informação e evidências qualificadas, atualizadas e oportunas às Secretarias Nacionais do MDHC como subsídio para tomada de decisão.
- A disseminação, a tradução do conhecimento, a comunicação científica inclusiva e a ciência aberta, tendo como premissa o fomento ao intercâmbio de conhecimento científico entre produtores(as) - pesquisadores(as) e analistas -, intermediários(as)

- colaboradores(as) - e consumidores(as) - gestores(as) públicos e cidadãos(ãs) -, com vistas à cocriação de saberes e práticas mutuamente valorizadas, a serem amplamente divulgadas na sociedade brasileira.

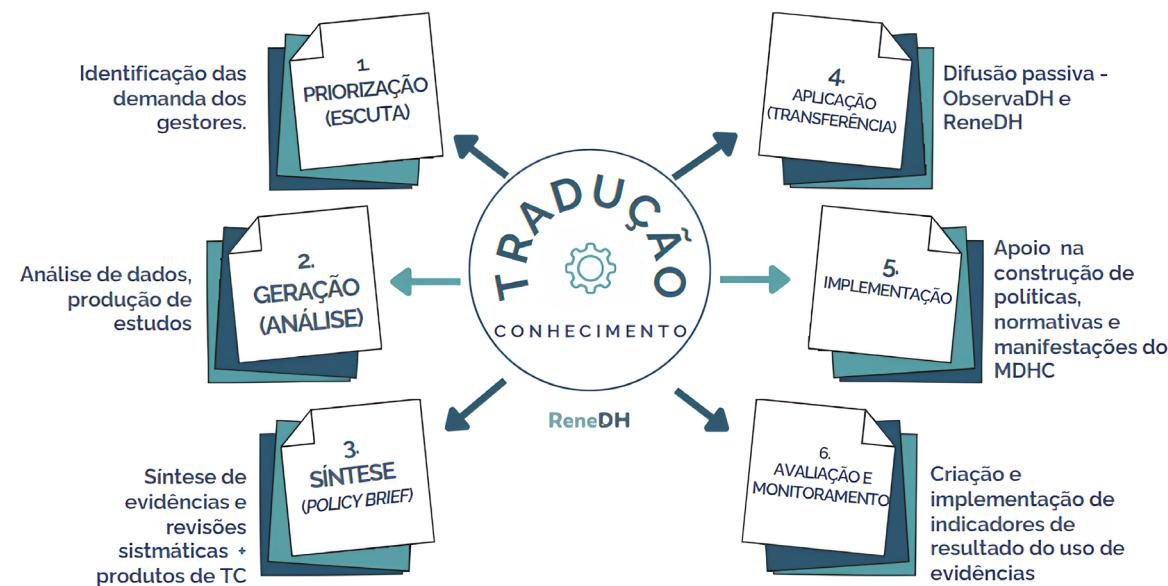
Isto posto, esta Agenda tem por finalidade dar publicidade a temas prioritários de pesquisa que potencialmente irão:

- Subsidiar a institucionalização das políticas em direitos humanos como políticas de Estado;
- Orientar a criação, expansão e aprimoramento de políticas e programas em direitos humanos no Brasil;
- Nortear o desenvolvimento científico de estudos, análises e pesquisas em direitos humanos e cidadania dos públicos específicos e pautas prioritárias por diferentes instituições brasileiras; e
- Conduzir a eleição de problemas públicos prioritários para efetiva compreensão e diagnóstico de contextos para formulação de políticas, programas e ações sociais, levantamento de opções para solução dos problemas e possíveis impactos das ações, com foco nos públicos específicos do MDHC.

Metodologia

Antes de detalhar a metodologia que foi executada para elaboração desta Agenda, cabe esclarecer o modelo conceitual-teórico adotado, no sentido de promover as políticas informadas por evidências em direitos humanos. Trata-se do modelo de tradução do conhecimento, que consiste em um processo dinâmico e organizado em etapas, que incluem síntese, disseminação, intercâmbio e aplicação ética do conhecimento para fornecer serviços e produtos mais eficazes e fortalecer o sistema de políticas públicas, sendo a ponte entre o(a) pesquisador(a) e o(a) tomador(a) de decisão. Para melhor compreensão desse modelo, veja a figura 1.

Figura 1 - Modelo conceitual-teórico de tradução do conhecimento aplicado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Elaboração própria da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

A APPDH foi dividida em eixos temáticos, que foram detalhados a partir de **cinco fatores norteadores** para levantamento de cada tema prioritário:

1. Problema público, necessidade e finalidade;
2. Lacunas de evidências identificadas;
3. Contexto de tomada de decisão;
4. Características dos estudos; e
5. Produtos esperados.

Os fatores norteadores fazem parte do instrumento denominado **Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa**, utilizado para depurar os temas prioritários elencados a partir de problemas públicos que deram origem às perguntas de pesquisa. A matriz pode ser vista no quadro 1.

Quadro 1 - Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa

Problema público, necessidade e finalidade	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em direitos humanos? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? (Visa identificar qual política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar).	Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? (Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher).	Que tipo de decisão você precisa tomar? (Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão).	Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? (Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido).	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? (Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da área).

Elaboração própria da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Essa Matriz de Enquadramento foi preenchida pelas áreas finalísticas do MDHC. No Anexo é possível consultar as informações detalhadas referentes ao preenchimento da matriz para cada um dos temas prioritários.

Ao final, o [Apêndice](#) apresenta uma relação de exemplos de produtos e tipos de pesquisas potencialmente aplicáveis no âmbito das prioridades de pesquisa que compõem a APPDH, incluindo uma série de possíveis produtos de tradução do conhecimento.

Temas Prioritários

Abaixo, encontra-se todos os temas prioritários apresentados nos eixos temáticos. O detalhamento de cada tema está demonstrado no [Anexo da Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa por eixo temático.](#)

Eixo 1 | Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

Tema Prioritário 1 • Saúde mental no sistema socioeducativo de meio fechado.

Tema Prioritário 2 • Prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: diagnóstico e evidências de impacto.

Tema Prioritário 3 • Violência letal institucional contra crianças e adolescentes.

Tema Prioritário 4 • Crianças e adolescentes em acolhimento institucional e no Programa Família Acolhedora.

Tema Prioritário 5 • Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Eixo 2 | Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Tema Prioritário 6 • Violação de direitos humanos nas Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas, e estratégias de articulação entre os entes para demandar soluções.

Tema Prioritário 7 • Arranjos institucionais de direitos humanos da pessoa idosa em nível municipal e estadual e a coordenação federativa.

Tema Prioritário 8 • Indicadores de direitos humanos da pessoa idosa: municipal, estadual e nacional.

Tema Prioritário 9 • Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos objetivos da década do envelhecimento saudável.

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

Tema Prioritário 10 • Barreiras, educação e trabalho de pessoas com deficiência à saúde, educação e trabalho.

Tema Prioritário 11 • Violências praticadas contra pessoas com deficiência no Brasil.

Tema Prioritário 12 • O custo do capacitismo no Brasil e sua relação com a pobreza

Tema Prioritário 13 • Acesso e dispensação de Tecnologia Assistiva.

Tema Prioritário 14 • Participação Social e Representatividade da Pessoa com Deficiência em Espaços de Decisão.

Tema Prioritário 15 • Monitoramento da implementação da Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.

Tema Prioritário 16 • Estratégias e modelos de atenção para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA

- Tema Prioritário 17 • Crimes de ódio e discriminação: incidência nas pessoas LGBTQIA+.
- Tema Prioritário 18 • Sentenças e penalidades relacionadas a crimes com fatores motivadores decorrentes da orientação sexual ou identidade de gênero.
- Tema Prioritário 19 • Aplicação de medidas protetivas para vítimas de discriminação e/ou crimes motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero.
- Tema Prioritário 20 • Evasão escolar das pessoas LGBTQIA+ e sua correlação com a violência no ambiente escolar e abandono familiar.
- Tema Prioritário 21 • Lacunas da legislação e proteção legal aos direitos LGBTQIA+.
- Tema Prioritário 22 • Representação na mídia: percepção pública e a aceitação social das pessoas LGBTQIA+.
- Tema Prioritário 23 • Pobreza e desigualdade que afetam as pessoas LGBTQIA+.
- Tema Prioritário 24 • A influência da ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nas políticas públicas brasileiras.
- Tema Prioritário 25 • Diagnóstico situacional dos crimes de ódio, discriminação e outros problemas enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

- Tema Prioritário 26 • Diagnóstico situacional sobre organizações migrantes no território brasileiro.
- Tema Prioritário 27 • Modos de vida das principais comunidades migrantes no Brasil (habitação, alimentação, cuidados com o corpo e saúde, educação, formas de associativismo...).
- Tema Prioritário 28 • Perfil das pessoas brasileiras repatriadas dos Estados Unidos.
- Tema Prioritário 29 • Orçamento público destinado ao registro civil de nascimento.
- Tema Prioritário 30 • Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de promoção de registro civil.
- Tema Prioritário 31 • Cobertura das unidades interligadas e a promoção do registro de nascimento no Brasil.
- Tema Prioritário 32 • Cenário de registro de nascimento com ausência de paternidade no Brasil.
- Tema Prioritário 33 • Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de direitos humanos para superação da situação de rua no Brasil.
- Tema Prioritário 34 • Desenvolvimento de capacidade institucional em direitos humanos no Brasil.
- Tema Prioritário 35 • Intolerância Religiosa nos territórios.
- Tema Prioritário 36 • Intolerância Religiosa nas redes sociais.
- Tema Prioritário 37 • Subnotificação e barreiras à denúncia de casos de intolerância religiosa.
- Tema Prioritário 38 • Elaboração de políticas de memória e verdade a respeito da violência estatal no passado recente.
- Tema Prioritário 39 • Mapeamento e sinalização de locais de memória vinculados à ditadura pelo Brasil.
- Tema Prioritário 40 • Mapeamento sobre as recomendações das comissões subnacionais da verdade pelo Brasil.

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

- Tema Prioritário 41 • Segurança pública e violência de Estado/institucional: letalidade policial e uso excessivo da força.
- Tema Prioritário 42 • Percepções dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos.
- Tema Prioritário 43 • Percepções dos familiares sobre políticas públicas para pessoas desaparecidas e seus familiares.
- Tema Prioritário 44 • Percepções das vítimas de violência sobre políticas públicas endereçadas ao grupo.
- Tema Prioritário 45 • Fluxo de atendimento das ouvidorias de polícia.
- Tema Prioritário 46 • Principais entraves e fatores de sucesso na implementação da política de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em contextos de conflitos territoriais e socioambientais.
- Tema Prioritário 47 • Qualidade da prova produzida a partir de depoimentos de vítimas, testemunhas e réus-colaboradores protegidos pelo Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA).
- Tema Prioritário 48 • Obstáculos políticos, institucionais e estruturais à efetiva implementação dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura no Brasil.
- Tema Prioritário 49 • Prevenção e Redução de homicídios no Brasil: estratégias bem-sucedidas.
- Tema Prioritário 50 • Diagnóstico sobre o atendimento às vítimas de trabalho escravo.
- Tema Prioritário 51 • O trabalho realizado na ONDH e seu canal de recebimento de denúncias - Disque 100.

Eixo 7 | Educação e Cultura em Direitos Humanos

- Tema Prioritário 52 • Monitoramento de discurso de ódio em ambiente virtual.
- Tema Prioritário 53 • Prevenção e enfrentamento ao extremismo no Brasil através da educação em direitos humanos.
- Tema Prioritário 54 • Prevenção e enfrentamento à perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.
- Tema Prioritário 55 • Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- Tema Prioritário 56 • Natureza e Meio Ambiente na Educação em Direitos Humanos.
- Tema Prioritário 57 • Impactos de empreendimentos empresariais sobre comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas.
- Tema Prioritário 58 • Existência e atuação de instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos nos entes subnacionais.
- Tema Prioritário 59 • Prevenção ao discurso de ódio e o extremismo por meio da Educação Midiática na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

Bibliografia

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria nº 762, de 7 de dezembro de 2023.** Institui a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos. Brasília: MDHC, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. **Manual do Pesquisador. Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa.** Brasília: Sagicad, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Serviço de produção de evidências para apoio à tomada de decisão: portfólio de produtos.** Brasília: SCTIE, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servico_producao_apoio_evidencias_tomada_decisao_portifolio_produtos.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, v. 1.** Brasília: Ipea, 2018.. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao_de_politicas_publicas_guia_pratico_de_analise_%20ex_ante.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post , v. 2.** Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em: 15 set. 2025.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Avaliação e organização de evidências.** Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO VEREDAS. **Tradução de conhecimento - Kit de Ferramentas.** Disponível em: <https://www.veredas.org/publicacoes/#105>.

ANEXO - Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa por eixo temático

Eixo 1 Direitos Humanos da Criança e do Adolescente						
TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
1. Saúde mental no sistema socioeducativo de meio fechado	Qual é a situação da saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado no Brasil?	Alta quantidade de relatos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado com demandas em saúde mental relacionadas à ansiedade, depressão, transtornos e autolesões.	Dados qualificados acerca das demandas em saúde mental dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Construção de diagnóstico acerca da saúde mental de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	Recorte de raça, identidade de gênero e orientação sexual.	Estudo primário. Pesquisa qualitativa.
	Quais estratégias baseadas em evidências para enfrentar e prevenir esse problema?	Cuidados em saúde mental restritos ao uso de medicação psiquiátrica.	Dados qualificados acerca do quantitativo de adolescentes que fazem o uso de medicação.	Elaboração de estratégias para construção de ações voltadas à saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado.	Dados por região e estados. Literatura nacional e internacional.	Estudo técnico (análise de microdados).
		Escassez de dados acerca das demandas de saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Dados qualificados acerca do quantitativo de adolescentes que passaram a fazer o uso de medicação psiquiátrica durante o cumprimento de medida socioeducativa.			Síntese de evidências.
		Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) não sendo aderida em alguns estados da Federação.	Quantitativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que estão sendo atendidos pela Rede de Atenção Psicosocial dos estados.			
		Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com baixa capacidade para atender à alta demanda da população, incluindo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado.	Ações das gestões estaduais voltadas à saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado.			
		Gestões construindo unidades voltadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que apresentam dependência química em desacordo com o estabelecido pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), PNAISARI e RAPS.				

Eixo 1 | Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
2. Prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: diagnóstico e evidências de impacto	<p>Qual a incidência de trabalho realizado por crianças e adolescentes, verificando a existência da reprodução intergeracional?</p> <p>Quais evidências de impactos tiveram as iniciativas governamentais de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil?</p> <p>Quais são os dados sobre lesões/acidentes ou agravos à saúde de crianças e adolescentes em trabalho infantil no Brasil?</p>	<p>De 2019 a 2022 ocorreu um aumento de 7% (de 1.768 milhões para 1.881 milhões) de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo que, desse universo, 756 mil estão nas piores formas de trabalho (IBGE/PNAD Contínua, 2022)</p> <p>Sub-registro de trabalho infantil no Brasil, uma vez que há modalidades que não estão contabilizadas pelos instrumentos oficiais de informações como, por exemplo, tráfico de drogas, lixões, trabalhos informais nas ruas.</p> <p>Insuficiência de recursos para o financiamento público visando à implementação de políticas sociais integradas para prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes até 13 anos e a proteção de 14 aos 17 anos.</p> <p>Naturalização do trabalho infantil por parte da sociedade.</p> <p>Quais são os dados sobre lesões/acidentes ou agravos à saúde de crianças e adolescentes em trabalho infantil no Brasil?</p>	<p>Dados atualizados e disagregados de incidência do trabalho infantil por cidades, estados, regiões e Brasil, e série histórica acompanhando os últimos dois Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010 a 2022) e PNADs considerando os indicadores: cor/raça, gênero, faixa etária (5 a 13 anos, 14 e 15; 16 e 17 anos), contemplando as piores formas de trabalho, assim como dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) sobre agravos à saúde decorrentes do trabalho de crianças e adolescentes.</p> <p>Número de famílias e o perfil socioeconômico com a incidência do trabalho infantil.</p> <p>Efetividade das intervenções de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil.</p>	<p>Articulação interministerial (Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Social, Educação, Trabalho e Emprego, Igualdade Racial e Saúde) para as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho de adolescentes.</p> <p>Fomentar a obtenção e a publicização dos dados sobre o trabalho infantil a fim de promover campanhas focadas na mudança do olhar que traz a naturalização do trabalho infantil na sociedade.</p> <p>Fomentar a articulação do Sistema de Garantia de Direitos para promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente da pauta sobre o trabalho infantil.</p> <p>Estratégias para identificação e notificação do trabalho infantil, considerando sobretudo as piores formas de trabalho nos diferentes contextos socioculturais dos territórios brasileiros.</p>	<p>Incidência do trabalho infantil por cidades, estados, regiões e Brasil, considerando os indicadores: cor/raça, gênero, faixa etária (5 a 13 anos, 14 e 15; 16 e 17 anos), contemplando as piores formas de trabalho.</p> <p>Número de famílias e o perfil socioeconômico com a incidência do trabalho infantil.</p> <p>Identificação das ações existentes (União, estados e municípios) para a prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes (até 13 anos), a proteção de adolescentes na condição de aprendizes (14 e 15 anos) e no trabalho protegido (16 e 17 anos).</p>	<p>Análise ex ante.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Pesquisa qualitativa com grupo de crianças e adolescentes, familiares e com profissionais que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil.</p> <p>Estudo técnico (análise de microdados Censo e PNAD Contínua)</p> <p>Evidência sobre fatores de risco para o trabalho infantil - estudos epidemiológicos.</p> <p>Mapeamento dos programas e ações fomentados pelos governos (municipais, estaduais e federal) de combate ao trabalho infantil, e identificação de ações/experiências bem-sucedidas, considerando a diversidade sociocultural e territorial brasileira.</p> <p>Revisões de escopo/mapas de evidências ou revisão sistemática.</p>

Eixo 1 | Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
3. Violência letal institucionais contra crianças e adolescentes	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para enfrentar o problema da letalidade policial no Brasil?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para formação de agentes de segurança qualificados na temática de direitos humanos?</p>	<p>Alto índice de letalidade policial causada em crianças e adolescentes por violência institucional (agentes de segurança pública – penitenciários, policiais, forças armadas, socioeducadores etc.) – nº de óbitos nessa população.</p> <p>Dano colateral da abordagem policial em crianças e adolescentes, por exemplo.</p> <p>Sub-registro de dados qualificados sobre a letalidade policial causada por uso ilegítimo da força, inclusive com recorte de raça, etnia, deficiência e identidade de gênero e orientação sexual, faixa etária; dados inacessíveis quando existentes.</p> <p>Dificuldade de articulação entre os entes federados para enfrentar a situação e para compartilhamento dos registros de dados.</p>	<p>Dados qualificados sobre a letalidade policial causada por uso ilegítimo da força; Inexistência de protocolos (POP) normatizados sobre uso legítimo da força em alguns estados.</p>	<p>Formulação de Política Nacional de Enfrentamento e Prevenção à Violência Letal Intencional contra crianças e adolescentes.</p> <p>Criação de comitê gestor nacional.</p> <p>Elaborar estratégia para aprimorar a formação de agentes públicos em direitos humanos, enfrentando a letalidade policial em crianças e adolescentes.</p> <p>Articulação dos Direitos Humanos e Segurança Pública.</p>	<p>Recorte de raça, etnia, deficiência e identidade de gênero e orientação sexual, faixa etária.</p> <p>Dados por região e estados.</p> <p>Literatura nacional e internacional.</p>	<p>Análise ex ante</p> <p>Síntese de Evidências para Políticas e Revisões de escopo (mapear o que existe na literatura).</p> <p>Estudo primário.</p> <p>Pesquisa qualitativa.</p> <p>Estudo técnico (análise de microdados).</p>
4.Crianças e adolescentes em acolhimento institucional e no Programa Família Acolhedora	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o acolhimento familiar de crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para promover a inclusão social e a autonomia, cidadania de Adolescentes após a desinstitucionalização e o acolhimento familiar?</p> <p>Quantas crianças e adolescentes têm vínculo familiar rompido no Brasil e quais violências acometeram essa população?</p> <p>Quantas crianças e adolescentes estão cobertas pelo Programa Família Acolhedora e Programa Família solidária e acolhimento institucional?</p>	<p>Dificuldade de incentivar a transição de crianças e adolescentes de vínculo familiar rompido que estão em acolhimento institucional para acolhimento familiar (principalmente na primeira infância).</p> <p>Ausência de dados sobre a transição de acolhimento institucional para o acolhimento familiar para promover o direito humano de convivência familiar.</p>	<p>Dados de crianças e adolescentes têm vínculo familiar rompido no Brasil e quais violências; recorte de raça/cor, gênero, faixa etária (1 a 6 anos, 7 a 11, 12 a 14 e 15 a 17 anos e acima de 17 anos), renda, deficiência.</p> <p>Dados de crianças e adolescentes estão cobertas pelo Programa Família Acolhedora.</p> <p>Família Solidária e acolhimento institucional.</p>	<p>Plano Operacional de Implementação do Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária – definição de objetivos, prioridades, indicadores e metas.</p>	<p>Literatura nacional e internacional; Recorte de raça/cor, gênero, faixa etária (1 a 6 anos, 7 a 11, 12 a 14 e 15 a 17 anos e acima de 17 anos), renda, deficiência; e Disque-100.</p>	<p>Estudo técnico (análise de microdados) – do Programa Família Acolhedora.</p> <p>Análise ex ante.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p>

Eixo 1 | Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
5. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Qual o perfil das vítimas e de agressores da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais os principais contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais são e como são distribuídos e aplicados os recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil?</p>	<p>Dificuldade de identificar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p> <p>Ausência de uma base integrada e qualificada de dados sobre os casos de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p> <p>Informações sobre os contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluindo a situação socioeconômica da família, questões de gênero, sexualidade, raça/etnia e de acesso às políticas públicas.</p> <p>Mapeamento dos recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.</p>	<p>Informações sobre medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no cenário nacional e internacional.</p> <p>Informações integradas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência, incluindo os sistemas de informação do Governo Federal e casos de abuso sexual notificados, tramitados e julgados no Poder Judiciário.</p> <p>Informações qualificadas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência nos contextos local e nacional, a partir do incentivo à alimentação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e outros sistemas de informação e registros do Governo Federal.</p> <p>Informações sobre as regiões brasileiras que apresentam maior incidência de abuso sexual contra crianças e adolescentes.</p>	<p>Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (https://www.gov.br/participamaisbrasil/planevca-matriz-01-abuso-sexual).</p>	<p>Literatura nacional e internacional.</p> <p>Recorte de raça/cor, sexo, identidade de gênero, idade, renda, escolaridade, município de residência, local de ocorrência, deficiência e grau de parentesco/vínculos das vítimas e agressores.</p> <p>Elaboração de indicadores para avaliar o orçamento e os critérios de rateio de recursos federais repassados para financiamento de políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.</p>	<p>Estudo técnico (análise de microdados).</p> <p>Análise ex ante.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p>

Eixo 2 | Direitos Humanos da Pessoa Idosa

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
6. Violão de direitos humanos nas Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas, e estratégias de articulação entre os entes para demandar soluções	Quais os tipos e graus de violação dos direitos da pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência e as estratégias de articulações entre os entes da Federação?	Alto número de violação de direitos humanos da pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. Escassa articulação entre os entes federados para lidar com o problema.	Especificidades das violações. Informações sobre as Instituições de Longa Permanência. Grau de violação.	Aprimoramento da política por meio de avaliação; Novo programa. Diálogo e articulação junto à Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Formação de rede de atenção à pessoa idosa. Aportes para elaboração de protocolo de definição de diretrizes gerais acerca dos direitos humanos das pessoas idosas residentes em ILPIs.	Levantamento internacional e nacional sobre experiências em violações de direitos das pessoas idosas em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Consulta a dados e informações e bases de dados já existentes no Brasil.	Mapa de evidências. Revisão rápida. Pesquisa-ação.
7. Arranjos institucionais de direitos humanos da pessoa idosa em nível municipal e estadual e a coordenação federativa	Como estão dispostos os arranjos institucionais dos entes federativos na temática dos direitos da pessoa idosa?	Desconhecimento dos arranjos institucionais de direitos da pessoa idosa em nível municipal e as dificuldades na coordenação federativa.	Características dos arranjos institucionais de direitos da pessoa idosa em nível estadual e municipal e caracterização das dificuldades na coordenação federativa a partir da percepção de todos os entes federados.	Consolidação da Rede Nacional de Gestores Estaduais de Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Proposição de uma rede regionalizada nos estados e seus municípios, e articulação com os conselhos municipais e estaduais de direitos da pessoa idosa.	Levantamento de dados relativos aos arranjos institucionais em nível de estado e municípios. Capilarização das demandas e problemas municipais através da regionalização no território dos estados.	Diálogo de políticas e síntese do diálogo. Análise exploratória de dados. Estudo qualitativo da percepção acerca das dificuldades na coordenação federativa a partir dos entes federativos.
8. Indicadores de direitos humanos da pessoa idosa: municipal, estadual e nacional	Quais são as características das violações dos direitos da pessoa idosa nos municípios, estados e em nível nacional para além das tipologias de violência já existentes?	Ausência de dados de violações de direitos da pessoa idosa em nível municipal, estadual e nacional, que contemplam uma perspectiva ampliada, ultrapassando as tipologias da violência contra pessoa idosa.	Informação agregada por município, estado, Distrito Federal e nível nacional acerca da violação de direitos humanos da pessoa idosa. Além da dimensão geral, os estudos devem abordar recortes específicos voltados a segmentos em maior situação de vulnerabilidade. Entre eles, destacam-se pessoas idosas ciganas, indígenas, quilombolas, privadas de liberdade, LGBTQIA+, em situação de rua, entre outros grupos historicamente invisibilizados.	Necessidade de aprimoramento da Política Nacional de Direitos da Pessoa Idosa e direcionamento para os municípios que mais violam os direitos humanos das pessoas idosas.	Levantamento internacional e nacional, com investigação de literatura de pesquisa abrangente com o intuito. Estudo de indicadores já disponíveis.	Diálogo de políticas e síntese do diálogo. Síntese rápida para políticas públicas. Estudo técnico de desenvolvimento de indicador e validação de teste

Eixo 2 | Direitos Humanos da Pessoa Idosa

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
9. Cumprimento dos ODS e dos objetivos da década do envelhecimento saudável	Quais os impactos das políticas públicas medidos a partir do cumprimento dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil e dos objetivos do desenvolvimento sustentável?	Desconhecimento da efetivação dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil e dos objetivos da década do envelhecimento saudável.	Conhecimento acerca das experiências na efetivação dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil. Como as políticas, programas e ações voltadas para a pessoa idosa estão contemplando estes aspectos.	Aperfeiçoamento das políticas por meio de avaliação à luz dos objetivos da década do envelhecimento saudável e dos ODS no Brasil.	Avaliação de impacto. Estudos comparativos. Mapeamento de resultados de políticas voltadas para pessoa idosa e suas adequações aos ODS e objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil.	Avaliação de impacto-custobenefício, avaliação da sustentabilidade, avaliação multidimensional ou estudos de caso. Também é possível avaliar os indicadores de desempenho que foram predeterminados. Análise documental de experiências de políticas públicas que contemplaram os objetivos da década do envelhecimento saudável e dos ODS no Brasil

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
10. Barreiras, educação e trabalho de pessoas com deficiência à saúde, educação e trabalho	Quais são as principais barreiras (atitudinais, comunicacionais, físicas, etc.) e facilitadores para o acesso e permanência de pessoas com deficiência em serviços de saúde, na educação básica e superior, e no mercado de trabalho formal? Como as políticas públicas atuais estão abordando essas barreiras e quais são as lacunas de intervenção mais críticas em cada um desses setores?	"As pessoas com deficiência enfrentam obstáculos persistentes que limitam seu acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho, perpetuando um ciclo de exclusão e desigualdade. Essas barreiras não são apenas físicas, mas também atitudinais e comunicacionais, e a ausência de uma compreensão integrada desses desafios dificulta a formulação de políticas públicas intersetoriais eficazes. É necessário aprofundar o diagnóstico sobre a natureza dessas barreiras nos diferentes contextos e etapas da vida, a fim de desenvolver e implementar políticas públicas que promovam a plena inclusão e participação social, garantindo que os serviços e oportunidades sejam verdadeiramente acessíveis a todos."	Falta de dados integrados que analisem as barreiras de forma intersetorial (saúde, educação e trabalho). - Poucos estudos sobre a efetividade das políticas de inclusão existentes em cada uma dessas áreas. - Desconhecimento sobre as barreiras específicas enfrentadas por diferentes perfis de pessoas com deficiência (interseccionalidades).	Subsidiar a revisão e o aprimoramento de políticas de inclusão no SUS, na educação e no trabalho. - Desenvolver programas de capacitação para profissionais desses setores. - Orientar a criação de protocolos de atendimento e acessibilidade mais eficazes.	Estudos qualitativos e quantitativos. - Análises com recortes interseccionais (raça, gênero, renda, tipo de deficiência). - Mapeamento de experiências em diferentes regiões do Brasil.	Síntese de evidências para políticas. - Relatório técnico com diagnóstico intersetorial. - Proposta de diretrizes para capacitação profissional. - Levantamento interseccional sobre pobreza, raça, gênero e deficiência.
11. Violências praticadas contra pessoas com deficiência no Brasil	Quais são os principais tipos de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional) sofridos por pessoas com deficiência no Brasil, e quais contextos (doméstico, institucional, comunitário) são mais prevalentes? Quais estratégias de prevenção e quais modelos de atendimento às vítimas se mostram mais eficazes para essa população?	A violência contra pessoas com deficiência é um problema crítico e subnotificado, dificultando a criação de medidas de proteção eficazes. A vulnerabilidade é acentuada por fatores como dependência, isolamento e barreiras na comunicação, tornando a identificação e a denúncia ainda mais complexas. A finalidade é obter um diagnóstico aprofundado sobre a magnitude e as circunstâncias dessas violências para fundamentar o desenvolvimento de políticas de prevenção, redes de suporte e protocolos de atendimento que sejam acessíveis e adequados às necessidades específicas das vítimas com deficiência.	Subnotificação e falta de dados específicos e detalhados sobre os diferentes tipos de violência. - Carência de estudos que avaliem a eficácia das redes de proteção e dos canais de denúncia existentes para pessoas com deficiência.	Fortalecer e adaptar os fluxos da rede de proteção (saúde, assistência social, segurança pública) para o atendimento qualificado de pessoas com deficiência. - Desenvolver campanhas de conscientização e prevenção direcionadas.	Análise de microdados (Disque 100, SINAN). - Pesquisas qualitativas com vítimas e profissionais da rede de proteção. - Estudos comparativos de modelos de atendimento.	Estudo técnico com análise de dados. - Revisão de escopo sobre modelos de atendimento. - Policy brief com recomendações para a rede de proteção.

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
12. O Custo do Capacitismo e sua relação com a Pobreza	Qual o impacto econômico do capacitismo nos orçamentos de pessoas com deficiência e suas famílias no Brasil, considerando custos diretos (saúde, acessibilidade) e indiretos (perda de renda, exclusão do trabalho)? De que forma o ciclo vicioso entre pobreza e deficiência se manifesta no contexto brasileiro e quais políticas públicas (transferência de renda, cotas, etc.) têm maior potencial para mitigá-lo?	"O capacitismo gera custos adicionais significativos para pessoas com deficiência e suas famílias, ao mesmo tempo em que impõe barreiras ao emprego e à geração de renda, aprofundando a desigualdade. A relação intrínseca entre deficiência e pobreza permanece um ciclo de difícil rompimento, pois a falta de recursos impede o acesso a tratamentos e tecnologias que poderiam ampliar a autonomia, enquanto a exclusão social limita as oportunidades econômicas. É fundamental quantificar o impacto econômico do preconceito e analisar os mecanismos que perpetuam essa vulnerabilidade para embasar políticas compensatórias, de inclusão produtiva e de proteção social que sejam capazes de promover a autonomia financeira e a justiça social para essa população."	Ausência de estudos que quantifiquem o "custo da deficiência" no Brasil. - Pouca evidência sobre o impacto de programas de transferência de renda e de inclusão no trabalho na redução da pobreza de famílias com pessoas com deficiência.	Subsidiar a formulação de políticas de inclusão econômica e programas de apoio socioeconômico. - Informar debates sobre a adequação de benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a criação de novos mecanismos de suporte.	Avaliações econômicas (custo-benefício, impacto orçamentário). - Estudos quantitativos a partir de bases de dados como o Cadastro Único (CadÚnico) e a PNAD. - Pesquisas qualitativas com famílias.	Avaliação de impacto de programas sociais. - Estudo técnico sobre o custo do capacitismo. - Síntese de evidências para políticas de inclusão econômica. - Consolidação de indicadores sobre o custo do capacitismo;

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
13. Acesso e dispensação de Tecnologia Assistiva	<p>Quais são as principais barreiras (burocráticas, financeiras, informacionais) para o acesso a tecnologias assistivas no Brasil, tanto via SUS quanto por outros meios?</p> <p>Como a lista de equipamentos dispensados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Tabela de OPM) pode ser gerida de forma mais dinâmica e baseada em evidências para incorporar inovações e atender às necessidades dos usuários?</p>	<p>O acesso a tecnologias assistivas é um fator determinante para a autonomia, inclusão e qualidade de vida das pessoas com deficiência. Contudo, o processo para obter esses recursos é frequentemente marcado por custos elevados, desinformação, longas esperas e barreiras burocráticas, especialmente no âmbito do SUS, cuja lista de equipamentos nem sempre acompanha as inovações e as necessidades individuais.</p> <p>É preciso mapear os gargalos no fluxo de dispensação e avaliar a adequação dos equipamentos ofertados, a fim de subsidiar a criação de uma política nacional integrada que garanta o acesso facilitado, a manutenção e a atualização contínua das tecnologias assistivas disponíveis.</p>	<p>Falta de um diagnóstico nacional sobre a demanda reprimida por tecnologias assistivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento sobre a efetividade e o custo-benefício de novas tecnologias que poderiam ser incorporadas pelo SUS. 	<p>Orientar a criação de um marco regulatório e de um programa nacional para aquisição e distribuição de tecnologias assistivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer subsídios para a gestão e atualização contínua da lista de equipamentos dispensados pelo SUS. 	<p>Análise de demanda e estudo de custos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento de tecnologias e benchmarking internacional. - Pesquisa qualitativa com usuários e gestores do SUS. 	<p>Análise ex ante de uma política nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão de escopo sobre modelos de gestão de listas de equipamentos. - Mapa de evidências sobre novas tecnologias.

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
14. Participação Social e Representatividade da Pessoa com Deficiência em Espaços de Decisão	<p>Quais são as barreiras e os facilitadores para a participação efetiva de pessoas com deficiência em conselhos de direitos, conferências, audiências públicas e outras instâncias de controle social e tomada de decisão?</p> <p>Quais mecanismos e boas práticas podem garantir que essa participação vá além do aspecto formal, influenciando de fato a formulação e o monitoramento de políticas públicas?</p>	<p>Embora a participação social seja um direito, a representação de pessoas com deficiência em espaços de decisão ainda é limitada e, muitas vezes, apenas simbólica. Barreiras de acessibilidade, falta de incentivo e a cultura de tutela dificultam que suas vozes e experiências sejam incorporadas de forma efetiva no ciclo das políticas públicas, resultando em ações que não atendem às suas reais necessidades. É necessário investigar os obstáculos que limitam o protagonismo dessa população e identificar estratégias para fortalecer sua participação qualificada, a fim de garantir que as políticas públicas sejam desenhadas "com" as pessoas com deficiência, e não apenas "para" elas.</p>	<p>Poucos estudos que analisem a qualidade e o impacto da participação de pessoas com deficiência nos conselhos de direitos existentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de mapeamento de boas práticas de inclusão em processos participativos. 	<p>Fomentar a criação de programas de formação de lideranças.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar a elaboração de diretrizes para garantir a acessibilidade e a participação qualificada em instâncias de controle social. 	<p>Estudos de caso sobre conselhos de direitos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa-ação com coletivos e movimentos sociais. - Levantamento de experiências nacionais e internacionais. 	<p>Diálogo de políticas e síntese do diálogo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório de boas práticas. - Proposta de diretrizes para fomento à participação social.
15. Monitoramento da implementação da Avaliação Biopsicossocial da Deficiência	<p>Quais são os principais desafios (operacionais, técnicos, de capacitação profissional) e os resultados preliminares observados nos projetos piloto de implementação do Instrumento Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência?</p> <p>Qual o impacto da transição para o modelo biopsicossocial no acesso das pessoas com deficiência a benefícios e políticas públicas, na percepção dos usuários e dos profissionais</p>	<p>Com a instituição do Grupo de Trabalho da Avaliação Biopsicossocial e o início dos projetos piloto, o desafio deixa de ser a criação de um modelo e passa a ser sua implementação em escala nacional. A transição do modelo médico para o biopsicossocial representa uma mudança de paradigma complexa, que exige capacitação, integração de sistemas e monitoramento contínuo para garantir que o novo instrumento seja aplicado de forma justa e eficaz. É importante avaliar os resultados dos projetos piloto e identificar os desafios da implementação para orientar a expansão da política, assegurando que a avaliação biopsicossocial se traduza, na prática, em um acesso mais justo e qualificado a direitos.</p>	<p>Ausência de Avaliações independentes sobre os projetos piloto realizados.</p> <p>Carência de dados sobre o impacto da aplicação do novo instrumento nos índices de concessão de benefícios e no perfil dos requerentes.</p>	<p>Orientar os ajustes necessários para a expansão nacional do modelo de avaliação biopsicossocial.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsidiar a criação de programas de formação continuada para os profissionais envolvidos no processo de avaliação. 	<p>Avaliação de processo e de resultado dos projetos piloto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa qualitativa com usuários e avaliadores. - Análise de dados administrativos pré e pós-implementação. 	<p>Relatório de avaliação dos projetos piloto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Síntese de evidências com lições aprendidas e recomendações. - Estudo técnico sobre o impacto da nova avaliação no acesso a benefícios.

Eixo 3 | Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
16. Estratégias e modelos de atenção para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Quais modelos de atenção integral (saúde, educação, assistência social) para pessoas com TEA apresentam melhores resultados no contexto brasileiro e internacional? Quais são as estratégias mais eficazes para a inclusão escolar e para a transição para a vida adulta e o mercado de trabalho de jovens e adultos com TEA?	Apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas com TEA, ainda há uma grande heterogeneidade e fragmentação nos serviços oferecidos. Faltam evidências consolidadas sobre quais modelos de atenção e intervenções são mais eficazes para promover o desenvolvimento, a autonomia e a inclusão social em diferentes fases da vida, desde a primeira infância até a vida adulta. É imperativo ir além do mapeamento de barreiras e investigar, comparar e avaliar modelos de cuidado e estratégias de inclusão que possam ser adaptados e escalados como políticas públicas, garantindo um suporte qualificado e baseado em evidências para essa população.	Poucos estudos comparativos sobre a efetividade de diferentes modelos de atenção para pessoas com TEA no Brasil. - Carência de evidências sobre intervenções bem-sucedidas para a inclusão no mercado de trabalho e para a vida autônoma de adultos com TEA	Subsidiar a criação de linhas de cuidado e protocolos clínicos e pedagógicos para o atendimento a pessoas com TEA. - Orientar políticas de educação inclusiva e de fomento à empregabilidade.	Revisões sistemáticas sobre a eficácia de diferentes intervenções. - Estudos de caso de serviços de referência no Brasil. - Pesquisas longitudinais que acompanhem a trajetória de pessoas com TEA em diferentes modelos de serviço.	Síntese de evidências para políticas. - Mapa de evidências sobre intervenções para inclusão no trabalho. - Guia de boas práticas para a atenção integral à pessoa com TEA.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS							
17. Crimes de ódio e discriminação: incidência nas pessoas LGBTQIA+	Qual a caracterização multidimensional dos crimes com motivação de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Inconstância na coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Desconhecimento dos números oficiais sobre crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Subnotificação dos casos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Ausência de instrumentos e procedimentos padronizados de registro, nas instituições públicas e privadas para a coleta, sistematização e divulgação dos casos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Ausência de dados estáveis que correlacionem ausência de legislação específica e impunibilidade desse tipo de crime. Resistência policial, assistencial e jurídica de agentes e instituições públicas que objetivem a prevenção e o enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ na realidade brasileira. Ausência da sensibilização/conscientização da sociedade brasileira no que se refere às consequências dos crimes de ódio na vida das famílias e pessoas próximas das pessoas LGBTQIA+ na realidade brasileira. Relação entre a sensação e a certeza da impunidade dos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ e ausência de dados sistematizados referentes à resolução dos casos e condenações ou absolvições de agressores.	Índice de registro de dados sobre crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de assassinato, tentativas de execução e suicídios devido aos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil por bairro, cidade, estado, região e nacionais. Índice de crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de assassinato, tentativas de execução e suicídios por motivos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil, por raça/cor/etnia, renda, religiosidade, escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia e tipo de vínculo empregatício. Relação entre crimes de ódio e abandono por parte das famílias, bem como de rompimento de vínculos familiares. Relação entre crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de assassinato, tentativas de execução e suicídios no que se refere às pessoas LGBTQIA+, à "evasão" e "retenção" escolar, com recorte de faixa etária e etapa da escolaridade.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de Enfrentamento às Violências contra Pessoas LGBTQIA+ da SNLGBTQIA+. Criar GT interministerial incluindo outras instituições públicas no âmbito da administração federal para a proposição de ações de prevenção, por meio de formação para as/os profissionais das diferentes áreas envolvidas, campanhas, dentre outras, e de enfrentamento aos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+. Sistematizar e divulgar os dados das denúncias registradas pela ONDH referentes aos crimes de ódio, violação de direitos e violências contra pessoas LGBTQIA+. Incidir, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na padronização dos registros, com formação para as/os agentes que realizam esses registros nos territórios.	Dados do Brasil, por região, estado, município, bairros das capitais, faixa etária, recorte de raça/cor/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência ou capacidade, territorialidade quilombola, indígena, do campo, águas e florestas, periferia e centro, renda, vínculo empregatício e de religiosidade das pessoas LGBTQIA+. Produção científica, regional, nacional e internacional para elaboração de pesquisa secundária, com a participação e autoria de pesquisadoras/es e dos movimentos sociais LGBTQIA+.	Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda a sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas.	Relatório de Estudo qualitativo e quantitativo analítico comparativo em pelo menos uma capital e umacidade do interior em cada uma das cinco regiões.	Relatório descritivo e analítico com período histórico desde o primeiro registro até os atuais.	Questionário (survey).	Relatório de Pesquisa etnográfica.	Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).	Relatório de Pesquisa-ação.	Síntese de evidências.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
18. Sentenças e penalidades relacionadas a crimes com fatores motivadores decorrentes da orientação sexual ou identidade de gênero	Qual a caracterização da resolutividade dos casos, sentenças e penalidades para os crimes nos quais a orientação sexual e/ou identidade de gênero foram fatores motivadores?	Inconstância na coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Desconhecimento de dados estáveis sobre os crimes nos quais a orientação sexual e/ou identidade de gênero foram a causa das ações de violência. Ausência de instrumentos padronizados, nas instituições públicas e privadas, de coleta, sistematização e divulgação dos casos com a identificação do perfil do agressor e da vítima.	Relatório descritivo e analítico de monitoramento dos índices de resolução dos casos, das sentenças e das penalidades aplicadas aos agressores que praticam e praticaram crimes contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Relatório descritivo do perfil de quem agride a vítima com recorte por raça/cor/etnia, renda, religiosidade, escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício. Relatório analítico dos determinantes sociais em decisões judiciais. Síntese de evidências.	Identificação do índice de resolução dos casos, das sentenças e das penalidades aplicadas considerando os marcadores sociais de raça/cor/etnia, renda, religiosidade escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício. Informação e ampla divulgação desses dados para a sociedade. Propor atualizações nos procedimentos utilizados com vistas a atender a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta que tratam de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Planejamento e realização de ações de formação para profissionais em diferentes áreas e da sociedade como um todo de forma assertiva para a prevenção das violências e violações de direitos das pessoas LGBTQIA+, e para análises periódicas sobre a variação de elucidação dos crimes, aplicação das sentenças, responsabilização de agressoras/es e mapeamento das violências contra pessoas LGBTQIA+ nas regiões do Brasil, com ampla divulgação para a sociedade.	Estudos qualitativos e quantitativos para a produção de dados do Brasil por raça/cor/etnia, renda, religiosidade escolaridade, faixa etária, pessoa com deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício, produzindo um mapeamento sociodemográfico de vítimas, agressores e georreferenciamento dos crimes e da resolutividade dos casos, sentenças e penalidades.	Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda a sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatório de Estudo primário – estudo transversal. Relatório analítico de pesquisa qualitativa. Relatório descritivo de pesquisa quantitativa. Relatório descritivo, analítico e comparativo de estudo transversal em pelo menos uma capital e uma cidade do interior em cada uma das cinco regiões brasileiras. Corte longitudinal retrospectiva. Questionário (survey). Síntese de evidências.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
19. Aplicação de medidas protetivas para vítimas de discriminação e/ou crimes motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero	Como pensar, elaborar e inserir no sistema de justiça e segurança pública medidas protetivas que reconheçam e protejam efetivamente pessoas LGBTQIA+?	Inconsistência na coleta de dados estáveis sobre as pessoas LGBTQIA+. Ausência de formações específicas para/as/os profissionais que atendem as pessoas LGBTQIA+ em relação ao atendimento ético e de qualidade de pessoas vítimas de violência, por orientação e/ou identidade de gênero, nas diferentes instituições que as atendem. Ausência de reconhecimento das instituições que acolhem pessoas violentadas em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ausência de legislação e normativas específicas que apliquem medidas protetivas para pessoas LGBTQIA+. Ausência de dados sobre a procura das instituições e de registro de denúncias por pessoas LGBTQIA+ vítimas de discriminação ou crimes motivados por orientação sexual ou identidade de gênero. Efetividade de medidas práticas que protejam as mulheres, sobretudo lésbicas, trans, não binárias e intersexo no escopo da Lei Maria da Penha.	Elaboração de formulário padrão para cadastro de dados das pessoas nas delegacias brasileiras, possibilitando sua autodeclaração no momento do cadastro. Utilização deste formulário padrão em escala ampla, na totalidade das instituições.	Elaboração de decreto que verse sobre a proteção e medidas assertivas frente às violências e violação dos direitos das pessoas LGBTQIA+ com implementação em todo o território nacional. Elaboração e aplicação de normativa que regulamente o decreto. Fortalecimento da Estratégia Nacional de Enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+ por meio de ações efetivas de prevenção e enfrentamento realizadas nos territórios.	Identificar quantas em quais casos são concedidas as medidas protetivas para as pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Mapear por meio de formulários institucionais padronizados as pessoas LGBTQIA+ que conseguiram medidas protetivas e a natureza dos crimes e violências aos quais forma submetidas, considerando suas intersecções. Instituir parcerias de trabalho conjunto com instituições de pesquisa e estudos como Universidades Públicas Federais, CNPq, CAPES, INEP, IBGE, Ministério da Justiça e Segurança Pública que trabalhem com o desenvolvimento de pesquisas, registro de dados e informações sobre as pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência.	Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em libras, braile, e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatórios descritivos, analíticos e comparativos de pesquisas etnográficas, survey, quantitativa e qualitativa sobre proteção, atendimento e segurança que visem analisar contextos e situações nas quais as pessoas LGBTQIA+ estão envolvidas. Elaboração de proposta de decreto específico para promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, sobretudo que verse sobre medidas de proteção e defesa das vítimas. Padronização de cadastro de dados das pessoas atendidas nas delegacias e em demais órgãos de segurança social em todo o território nacional. Síntese de evidências.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
20. Evasão escolar das pessoas LGBTQIA+ e sua correlação com a violência no ambiente escolar e abandono familiar	Quais as características da relação multifacetada entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em suas interseccionalidades e períodos da vida, nas escolas e universidades públicas brasileiras, e a falta de políticas públicas institucionais de acolhimento das vítimas e responsabilização de agressores, o abandono familiar e a "evasão" escolar/acadêmica?	Ausência de dados de "evasão" escolar de adolescentes e jovens LGBTQIA+ em escolas públicas no Brasil. Desconhecimento da relação entre violências no ambiente escolar, e bullying, contra pessoas LGBTQIA+ e abandono familiar. Ausência de dados sobre a "evasão" escolar e o abandono familiar das pessoas LGBTQIA+. Resistência da abordagem de prevenção e enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas, como política pública. Falta de entendimento da população sobre o conceito de educação como um Direito Humano de todas as pessoas. Ausência de dados de "evasão" de estudantes LGBTQIA+ das universidades públicas brasileiras, devido às violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. Ausência de dados sobre os sistemas de denúncia e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Ausência de dados das políticas de acolhimento de vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.	Índice de "evasão" escolar devido às violências de gênero, contra adolescentes, jovens, mulheres e pessoas LGBTQIA+, no Brasil, em âmbito nacional, estadual e municipal. Relação entre violências contra pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar e abandono familiar. Relação entre abandono familiar e "evasão" escolar das pessoas LGBTQIA+. Relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos. Relação entre os sistemas de denúncia e registros de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Relação entre a ausência, ou ineficácia, das políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.	Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas. Fundamentar por meio de evidências política pública de enfrentamento e prevenção das violências de gênero nas escolas e universidades públicas. Aperfeiçoar os processos e fluxos de denúncias e registros de dados junto à ONDH. Elaborar, implementar e executar política pública de prevenção e enfrentamento das violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos. Elaborar e implementar sistemas e fluxos padronizados de acolhida e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Elaborar e implementar políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas.	Dados das situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras, sendo em âmbito nacional, regional, estadual e municipal, considerando a faixa etária, raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, características sexuais, religiosidade, deficiência ou capacidade, territorialidade – escola quilombola, indígena, do campo, das águas e das florestas, da periferia e do centro, com atenção especial para estabelecimentos confessionais e escolas militarizadas. Mapeamento de literatura internacional e nacional, considerando a similaridade de contextos educacionais. Dados comparativos de pesquisas qualitativa e quantitativa. Dados de efetividade das soluções e boas práticas levantadas na literatura tanto em relação às escolas quanto no tocante às universidades públicas.	Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em libras, braile, e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatório descritivo, analítico e comparativo sobre a relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, e a "evasão" nas escolas e universidades brasileiras. Relatório de estudo analítico e comparativo em pelo menos 1 capital e uma cidade do interior de cada região do país. Relatório de registro de casos dessas violências de gênero nas escolas e universidades, com período histórico desde o primeiro registro encontrado e atual. Relatório descritivo de Survey. Relatório de Pesquisa etnográfica. Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet) Relatório de Pesquisa-ação. Síntese de evidências.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
21. Lacunas da legislação e proteção legal aos direitos LGBTQIA+?	<p>Como as leis variam globalmente em relação aos direitos LGBTQIA+?</p> <p>Quais são as lacunas nas leis existentes em diferentes países que afetam a proteção e igualdade de direitos das pessoas LGBTQIA+?</p>	<p>Indisponibilidade de dados compilados sobre legislações que versem sobre direitos LGBTQIA+ internacionais.</p> <p>Ausência de dados sobre reconhecimento, respeito e dignidade humana das pessoas LGBTQIA+, suas identidades e vivências em diferentes países, o que dificulta a criação de legislações e proteção legal e a elaboração de políticas públicas assertivas.</p>	<p>Estudo comparativo entre as distintas legislações internacionais sobre direitos das pessoas LGBTQIA+.</p>	<p>Comprometimento do Estado brasileiro na elaboração de aparatos normativos interinstitucionais com vistas a proteção e elaboração de políticas de segurança, educação e direitos sociais para pessoas LGBTQIA+.</p>	<p>Estudo comparativo de legislações internacionais, contrastando a existência de legislações garantidoras de direitos, tais como o direito à igualdade, à dignidade, ao trabalho e à educação; discriminatórias, especialmente com possibilidade de pena de morte, privação arbitrária de liberdade, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante em razão de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>Pesquisa qualitativa e quantitativa.</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem simples, objetiva e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Elaboração de materiais informativos e formativos sobre o tema.</p> <p>Elaboração e execução de formações para profissionais de diversos âmbitos de políticas públicas.</p> <p>Síntese de evidências.</p>
22. Representação na mídia: percepção pública e a aceitação social das pessoas LGBTQIA+?	<p>Quais as representações sociais e os imaginários produzidos pelos produtos midiáticos sobre as pessoas LGBTQIA+?</p>	<p>Exclusão, sub-representatividade e/ou representatividade negativada das pessoas LGBTQIA+ nos diversos textos midiáticos.</p> <p>Ausência de representatividade das diversas configurações de famílias LGBTQIA+ nos textos midiáticos.</p> <p>Representação equivocada das identidades e/ou expressões de gênero em produtos midiáticos.</p> <p>Reproduções estereotipadas das orientações sexuais.</p> <p>Negação sistematizada das vivências das pessoas LGBTQIA+ nos produtos midiáticos para além de datas específicas (ex.: Dia do Orgulho LGBTQIA+).</p>	<p>Quais imaginários/representações das pessoas LGBTQIA+ são geralmente apresentados nos produtos midiáticos, de maior audiência, veiculadas nas mídias tradicionais (TV aberta).</p> <p>Qual o perfil socioeconômico dessas representações?</p>	<p>Producir dados mostrando como os produtos midiáticos ao insistirem na invisibilidade ou nas representações distorcidas das pessoas LGBTQIA+ contribuem para a manutenção da ordem vigente, para falsas justificativas em relação às pessoas LGBTQIA+, para a disseminação de uma visão negativada e para o incentivo de práticas de violências físicas e emocionais contra essas pessoas.</p>	<p>Levantamento de dados sobre essas representações em todo o território brasileiro por região, estado e município, considerando a faixa etária, o recorte racial, de cor e etnia, a identidade e expressão de gênero, a orientação sexual, o nível de renda e a religiosidade.</p>	<p>Questionário (survey).</p> <p>Questionário (survey).</p> <p>Relatório descritivo e analítico dos dados.</p> <p>Síntese de evidências.</p> <p>Estratégia de divulgação das evidências encontradas.</p>

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
23. Pobreza e desigualdade que afetam as pessoas LGBTQIA+*	Qual o cenário de desigualdades sociais e pobreza das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Desigualdade de oportunidades e acesso das pessoas LGBTQIA+, em relação às pessoas heterossexuais e cisgêneras, no que se refere à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, potencializadas quando consideramos a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Ausência de dados sobre a pobreza das pessoas LGBTQIA+.	Índices relacionados à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, considerando a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Índices das pessoas LGBTQIA+ em situação de rua, insegurança alimentar, pobreza extrema, abuso de álcool e outras drogas, subemprego.	Intersetorialidade de políticas públicas. Melhorar o acesso aos diferentes programas sociais.	Pesquisa qualitativa e quantitativa sobre as oportunidades e acessos das pessoas LGBTQIA+ em relação à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, potencializadas quando consideramos a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Pesquisa em diferentes territórios, representativa das regiões do Brasil.	Relatório descritivo e analítico dos dados. Síntese de evidências.
24. A influência da ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nas políticas públicas brasileiras	Como a ausência de dados sobre pessoas LGBTQIA+ influencia na elaboração de políticas públicas para essa população no Brasil?	Ausência de indicadores, índices e dados sobre a população LGBTQIA+ em cadastros públicos e privados.	Mapeamento sociodemográfico das pessoas LGBTQIA+ no Brasil, observadas as suas especificidades, especialmente sobre acesso à direitos e políticas públicas. Atualização e padronização de todas as perguntas em um formulário padrão para a coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+, visando à potencialidade de cruzamentos de dados. Metodologia adequada de coleta e análise de dados sobre a população LGBTQIA+ para dados estáveis.	Compreender qual o contexto ao qual as pessoas LGBTQIA+ estão submetidas para elaborar, planejar, implementar e políticas públicas específicas de promoção e defesa de direitos. Pactuação com instituições federais, estaduais e municipais para implementar a utilização do formulário padrão para a coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ em todos os cadastros públicos. Elaboração de Instrução Normativa com o formulário e a metodologia para coleta e análise de dados sobre a população LGBTQIA+.	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Questionário (survey). Pesquisa etnográfica. Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).	Relatórios de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatórios descritivo, analíticos e comparados dos dados da pesquisa.

Eixo 4 | Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
25. Diagnóstico situacional dos crimes de ódio, discriminação e outros problemas enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Qual a situação dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Ausência de índices da prevalência de crimes de ódio, discriminação e de outras situações de negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Índice de crimes de ódio, discriminação, negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Formular estratégia para prevenir e enfrentar os crimes de ódio, discriminação e negação de direitos enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Dados do Brasil por região, estado e município, considerando a faixa etária, o recorte de raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, características sexuais, deficiência ou capacidade, territorialidade, da pessoa vítima e da pessoa autora dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	Estratégia de divulgação ampla dos resultados da pesquisa.
	Quais os problemas enfrentados pela população LGBTQIA+ no Brasil para além dos crimes de ódio e discriminação? (por exemplo, acesso ao mercado de trabalho, acesso a benefícios sociais, acesso a espaços de tomada de decisões, violência política e institucional, dentre outros?)	Desconhecimento da relação social entre o autor do crime de ódio, discriminação e negação de direitos com a vítima que compõe o grupo social LGBTQIA+.	Mapeamento sociodemográfico da ocorrência de crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Realizar pactuação, informada por evidências, para ação articulada entre o MDHC e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para o enfrentamento e a prevenção da violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Identificação e caracterização dos problemas sociais enfrentados pela população LGBTQIA+ para além dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos, tais como: acesso ao mercado de trabalho, acesso a benefícios sociais, acesso a espaços de tomada de decisões, violência política, violência contra pessoas LGBTQIA+ nas instituições, dentre outras.	Relatório descritivo, analítico e comparativo realizado em pelo menos uma capital e uma cidade do interior de cada região do Brasil.
	Quais os marcadores sociais da diferença das pessoas acusadas e das vítimas dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Ausência de dados sociodemográficos da vítima e da pessoa agressora nos crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+.	Identificar e caracterizar os problemas sociais enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Aperfeiçoamento dos processos de denúncia junto a ONDH e seus encaminhamentos.	Identificação e caracterização dos problemas sociais enfrentados pela população LGBTQIA+ para além dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos, tais como: acesso ao mercado de trabalho, acesso a benefícios sociais, acesso a espaços de tomada de decisões, violência política, violência contra pessoas LGBTQIA+ nas instituições, dentre outras.	Relatório descritivo Survey.
	Quais as estratégias baseadas em evidências de como prevenir e enfrentar os crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Ausência de dados sobre os locais nos quais as violências foram praticadas como, por exemplo: residência da vítima, residência do agressor, instituição pública, espaço público, espaço privado, dentre outras possibilidades.		Formação continuada das/os profissionais da segurança pública para o atendimento ético e qualificado e registro fidedigno das denúncias de crimes de ódio, discriminação e negação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).	Relatório descritivo e analítico de pesquisa ação.
	Promover a sensibilização e conscientização da população brasileira em relação à orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais, em todas as suas interseccionalidades com outros marcadores sociais da diferença.	Dificuldades da Segurança Pública na identificação e caracterização dos crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+.		Aprimorar ações institucionalizadas, planejar e implementar política pública de segurança para prevenção e enfrentamento aos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	Pesquisa qualitativa e quantitativa mapeando as literaturas internacional e nacional para elaboração de pesquisa secundária, que leve em consideração a similaridade de contextos sociais e culturais. Dados de efetividade das soluções e boas práticas levantadas na literatura.	Síntese de evidências.
		Inoperância do Estado na prevenção e no enfrentamento aos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.		Planejar e implementar política pública de educação para prevenção e enfrentamento aos crimes de ódio, discriminação e negação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	Dados quantitativos e qualitativos do modo de tratamento e registro realizado pela Segurança Pública dos casos de crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
26. Diagnóstico situacional sobre organizações migrantes no território brasileiro	Como se organizam as organizações migrantes pelo território brasileiro? Quantas são, onde estão, são ou não formalizadas, qual sua atuação, quais suas principais dificuldades e demandas?	Desconhecimento acerca das organizações migrantes no Brasil.	Informações sobre as associações migrantes no Brasil.	Considerando a criação que está sendo feita no momento de um fórum de lideranças migrantes, seria importante conhecer as associações que esses migrantes representam, entender quais são suas necessidades e pensar em programas e projetos que visem capacitar-los para que eles possam aprimorar suas atuações políticas frente ao Estado, organismos internacionais e sociedade civil e para que eles possam desenvolver ações junto às populações que eles representam.	Levantamento bibliográfico sobre organizações migrantes no Brasil. Levantamento quantitativo sobre as organizações migrantes brasileiras regularizadas ou não. Pesquisa qualitativa sobre formas de atuação, necessidades e demandas (questionário aberto, entrevista).	Revisões de escopo e Mapas de Evidências sobre organizações migrantes no Brasil. Relatório com dados quantitativos e qualitativos sobre as associações migrantes no Brasil.
27. Modos de vida das principais comunidades migrantes no Brasil (habitação, alimentação, cuidados com o corpo e saúde, educação, formas de associativismo etc.)	Como se caracterizam os modos de vida das principais comunidades migrantes no Brasil, considerando aspectos como habitação, alimentação, cuidados com o corpo e saúde, educação e formas de associativismo?	Indisponibilidade de dados sistematizados e resumidos sobre formas de vida das principais comunidades migrantes no Brasil, em relação a moradia, saúde, educação, formas de associativismo, para melhor compreender suas necessidades em relação à promoção dos seus direitos humanos, considerando as particularidades culturais, religiosas, etc.	Informações sobre como as principais comunidades migrantes vivem (qual tipo de moradia? como é a configuração familiar (família nuclear ou ampliada)? Como eles se relacionam com o corpo e cuidados de saúde? Quais tipos de alimentos consomem? Como são os processos de preparo desses alimentos? Como eles lidam com o sistema educativo brasileiro? Quais as dinâmicas domésticas, em relação à gênero e idade? Quais são as formas de associativismo?)	Desenvolvimento e fortalecimento de políticas de promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.	Levantamento nacional, qualitativo.	Dados sistematizados sobre modos de vida das principais comunidades migrantes no Brasil (habitação, alimentação, cuidados com o corpo e saúde, educação, formas de associativismo...), para subsidiar a criação e qualificação das políticas de promoção dos direitos humanos para estas populações, considerando suas formas de vida em relação a habitação, corpo e saúde, questões de gênero e idade, formas de se organizarem, visando a qualificação da promoção dos direitos humanos destas populações considerando suas perspectivas, inclusive as novas dinâmicas destes grupos em um contexto de migração.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
28. Perfil das pessoas brasileiras repatriadas dos Estados Unidos e seus modos de reinserção socioeconômica no Brasil	Qual é o perfil das pessoas brasileiras repatriadas dos Estados Unidos e seus modos de reinserção socioeconômica no Brasil?	Indisponibilidade de dados sistematizados e resumidos sobre pessoas brasileiras retornadas em condições de deportação, especialmente dos Estados Unidos.	Informações sobre perfil dos brasileiros deportados dos Estados Unidos: gênero, idade, raça, classe, formação, experiência profissional no Brasil e no exterior, condições de saúde, trajetórias migratórias, projeto migratório, motivações da migração, expectativas, condições de saída do país, condições de retorno, situação financeira (emprego, dívidas, empréstimos), redes de tráfico e contrabando, redes familiares e de amizade, estado de origem, dentre outros temas.	Fortalecimento de políticas de promoção dos direitos das pessoas brasileiras retornadas, especialmente em condição de deportação.	Levantamento internacional, quantitativo e qualitativo.	Dados sistematizados sobre perfil dos brasileiros deportados dos Estados Unidos: gênero, idade, raça, classe, formação, experiência profissional no Brasil e no exterior, condições de saúde, trajetórias migratórias, projeto migratório, motivações da migração, expectativas, condições de saída do país, condições de retorno, situação financeira (emprego, dívidas, empréstimos), redes de tráfico e contrabando, redes familiares e de amizade, estado de origem, dentre outros temas.
29. Orçamento público destinado ao registro civil de nascimento	Qual a origem, montante, forma e critérios de destinação de recursos para a promoção do registro civil de nascimento no Brasil? Qual o cenário de distribuição alocativa de recursos financeiros nos últimos dez anos no Brasil?	Desconhecimento da distribuição de recursos públicos destinados ao registro civil de nascimento pelas políticas e órgãos: provável causa de inequidade e disparidades regionais nesse âmbito.	Desenho do fluxo de distribuição de recursos: identificação órgãos e esferas, georreferenciamento e valores em determinada faixa de tempo (5 ou 10 anos).	Verificar as características de aplicação de recursos em certas localidades para direcionar ações e programas, buscando mais eficiência na alocação de recursos financeiros.	Levantamento dos dados dos recursos aplicados nos últimos dez anos. Georreferenciamento dos dados territoriais. Identificação da aplicação dos recursos nas diversas esferas	Levantamento dos dados dos recursos aplicados nos últimos dez anos. Georreferenciamento dos dados territoriais. Identificação da aplicação dos recursos nas diversas esferas

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
30. Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de promoção de registro civil	Qual a relevância de dados e informações contidas no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que consideram o registro civil de nascimento?	Falta de dados organizados que subsidiem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	Conhecimento dos dados existentes, índices de monitoramento e avaliação.	Direcionamento de esforços para áreas deficitárias. Reorganização de políticas públicas.	Inventário de dados disponíveis. Definição dos dados que são relevantes. Aplicação de índices, montagem de painel de dados.	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, avaliação de impacto.
31. Cobertura das Unidades Interligadas e a promoção do registro de nascimento no Brasil	Qual a situação da cobertura das Unidades Interligadas no Brasil?	Desconhecimento da cobertura das Unidades Interligadas no Brasil.	Escassez de dados sobre taxa de cobertura de UI no Brasil e desconhecimento sobre o porquê do fenômeno do não registro civil de nascimento em maternidades com e sem Unidades Interligadas.	Elaborar estratégias nacionais para aumentar o número de bebês registrados em Unidades Interligadas.	Levantamento dos dados necessários à construção de indicador de cobertura e efetividade das Unidades Interligadas. Dados territoriais de UF e municípios.	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, avaliação de resultado.
	Qual a causa do não registro de bebês em maternidades no Brasil?	Efetividade das Unidades Interligadas quanto ao registro civil de nascimento de bebês que nascem nas maternidades.	Fatores de baixa cobertura e efetividade.		Mapear fatores qualitativos.	Pesquisa qualitativa.
32. Cenário de registro de nascimento com ausência de paternidade no Brasil	Qual o cenário de ausência de paternidade em registro de nascimento no Brasil e quais as suas causas?	Desconhecimento do cenário brasileiro de ausência de paternidade nos registros de nascimento.	Dados quantitativos dos registros de nascimento sem paternidade. Dados qualitativos dos registros de nascimento sem paternidade.	Elaborar estratégias nacionais para reduzir o número de registros de nascimento com ausência de paternidade, atuando diretamente nas suas causas.	Levantamento de dados por UF e municípios. Mapeamento de políticas públicas existentes na literatura nacional e internacional.	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, estudo transversal. Síntese de evidências.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
33. Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de direitos humanos para superação da situação de rua no Brasil	Quais as estratégias baseadas em evidências para subsidiar políticas públicas de direitos humanos para a superação da situação de rua no Brasil?	Histórico de políticas públicas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua (escopo). Dificuldade técnica e política de dar relevo à população em situação de rua para fins censitários (gestão e normativo). Baixa institucionalidade das estratégias de garantia de moradia imediata à população em situação de rua (gestão). Baixa compreensão da intersecção necessária para se construírem políticas intersetoriais à luz dos marcos regulatórios de direitos humanos. Insuficiência de dados que permitem identificar e individualizar causas de morbimortalidade da população em situação de rua. Inexistência de informações sobre o nível de institucionalidade e alinhamento das políticas municipais em relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).	Dados censitários qualificados sobre a população em situação de rua. Avaliação de impacto das políticas públicas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação. Informações sobre causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua. Informações que revelem o nível de institucionalidade e alinhamento das políticas municipais em relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua.	Proposição de normativos de cooperação intersetorial para garantia de moradia imediata à população em situação de rua (instrumentos: leis, portarias e decretos). Pactuação intersetorial para qualificação da atenção à saúde das pessoas em situação de rua (instrumentos: portarias, decretos e resoluções conselheiras). Realização de Censo Nacional Pop Rua (instrumento: decreto) Qualificação de bases de dados que possibilitem produzir informações sobre causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua. Qualificação do instrumento do Censo Nacional do IBGE a partir da inserção de bloco sobre - e para - a população em situação de rua (instrumento: termo de cooperação). Produção de condicionalidades cruzadas: habilitação de serviços em saúde e assistência social condicionada à adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua (instrumento: lei).	Pesquisa qualitativa de bases de dados que identificam pessoas em situação de rua. Avaliações de gestão de políticas públicas acerca do impacto das políticas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação (análise qualitativa e quantitativa). Avaliações de políticas públicas acerca do impacto das ações de superação da situação de rua (análise qualitativa).	Síntese de evidências para políticas. Avaliação do impacto. Pesquisa qualitativa contendo relatório analítico sobre a qualidade das bases de dados que identificam pessoas em situação de rua. Relatório analítico de impacto das políticas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação. Relatório analítico acerca do impacto das ações de superação da situação de rua (análise qualitativa) Proposta de Censo Nacional da População em Situação de Rua. Relatório de identificação das lacunas existentes entre e nas bases de dados que impossibilitam conhecer causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua. Relatórios de gestão periódicos dos estados, de consolidação de dados de alinhamento dos municípios à PNPSR.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
34. Desenvolvimento de Capacidades Institucionais para políticas públicas de direitos humanos no Brasil	Quais são os principais déficits, barreiras e facilitadores para o desenvolvimento de capacidades institucionais pelos governos municipais, estaduais e federal para a produção de políticas públicas de direitos humanos efetivas? Quais as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento de capacidades institucionais em direitos humanos nos territórios?	Baixa institucionalização de políticas públicas em direitos humanos no Brasil.	Estratégias para criar e desenvolver capacidades institucionais estaduais e municipais no que tange à organização dos governos (estruturas, arranjos e instrumentos). Desenvolvimento e fortalecimento de capacidades institucionais voltadas às políticas públicas em direitos humanos.	Desenvolvimento e fortalecimento de capacidades institucionais voltadas às políticas públicas em direitos humanos.	Levantamento nacional e internacional.	Síntese de evidências para políticas. Diálogo de políticas e síntese do diálogo. Revisão de escopo/ mapas de evidências.
35. Intolerância Religiosa nos territórios	Quais são as regiões e municípios brasileiros com maior incidência de casos de intolerância religiosa, especialmente contra religiões afro-brasileiras, e quais fatores contribuem para essa territorialização?	Há carência de dados consolidados sobre onde, como e contra quem ocorre a intolerância religiosa no Brasil, especialmente contra religiões afro-brasileiras, o que dificulta ações específicas e eficazes, sobretudo em nível regional ou municipal. A necessidade é identificar territórios prioritários para o enfrentamento.	Estudos ou mapas que demonstrem a distribuição territorial da intolerância religiosa, integrando dados do Disque 100, registros policiais, Ministério Público e movimentos sociais.	Definir estratégias regionais ou municipais para prevenção e enfrentamento da intolerância religiosa, alocando recursos e ações de forma direcionada.	Levantamento quantitativo e qualitativo. Análise comparativa entre regiões.	Mapa de evidências e análise espacial dos dados.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
36. Intolerância Religiosa nas redes sociais	Como se manifesta a intolerância religiosa nas redes sociais no Brasil, quais grupos e perfis são mais afetados ou propagadores, e quais estratégias podem ser adotadas para prevenir ou reduzir o discurso de ódio religioso online?	Há crescimento do uso de redes sociais para disseminação de discurso de ódio religioso, mas faltam dados consolidados sobre essa prática, seus impactos e perfis de autores e vítimas, dificultando políticas públicas adequadas.	Dados sobre como ocorre a intolerância religiosa online, incluindo volume de postagens, conteúdo, alcance e perfil dos envolvidos.	Subsidiar políticas públicas de monitoramento, prevenção e educação digital para combater a intolerância religiosa na internet.	Levantamento qualitativo de discursos e identificação de padrões e atores-chave.	Relatório técnico com análise de redes.
37. Subnotificação e barreiras à denúncia de casos de intolerância religiosa	Quais são as principais barreiras que levam à subnotificação de casos de intolerância religiosa no Brasil e quais estratégias podem ser adotadas para estimular a denúncia e proteger as vítimas?	Apesar de dados significativos no Disque 100, estima-se que a maioria dos casos de intolerância religiosa não seja denunciada por medo de retaliação, descrédito no sistema de justiça ou desconhecimento dos canais disponíveis.	Estudos que identifiquem os principais fatores que levam à subnotificação e apontem caminhos para fortalecer a confiança das vítimas.	Desenvolver políticas para melhorar canais de denúncia, aumentar a proteção às vítimas e estimular o registro dos casos.	Pesquisa qualitativa com vítimas, lideranças religiosas e instituições; Levantamento nacional e Identificação de perfis regionais.	Síntese de evidências para políticas públicas.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
38. Elaboração de políticas de memória e verdade a respeito da violência estatal no passado recente	Quais são as políticas de memória e verdade existentes e a que áreas institucionais estão vinculadas?	As políticas de memória e verdade no Brasil não são orientadas de forma centralizada pelo Executivo Federal. Ao mesmo tempo, a ausência de superintendências da Pasta de Direitos Humanos localizadas nos estados impõe-se como dificultador sobre o acompanhamento dessas políticas. Diante do cenário, resta ausente um panorama geral sobre as políticas de memória e verdade já em andamento pelo território.	Identificação de eventuais áreas institucionais vinculadas aos governos dos estados e prefeituras especificamente dedicadas a elaborar políticas na temática; Identificar iniciativas dessa modalidade protagonizadas pelos poderes Legislativo e Judiciário; Identificação sobre quais públicos são atingidos e beneficiados pelas ações implementadas: as iniciativas restringem-se às vítimas diretas da violência ou conseguem ser ampliadas para o atendimento de toda a população?	Amadurecimento na possibilidade de pactuar redes de contatos visando o fortalecimento das políticas implementadas; Qualificação de dados para melhoramento das políticas públicas propostas, especialmente no que toca à ampliação do público atingido.	Levantamento de informações em todos o território nacional; Análise qualitativa sobre população impactada.	Levantamento sobre incidência das políticas em arranjos institucionais dos entes federativos; Levantamento sobre incidência das políticas em arranjos institucionais vinculados aos Poderes Legislativo e Executivo; Relatório avaliativo sobre o impacto das políticas e as populações beneficiadas.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
39. Mapeamento e sinalização de locais de memória vinculados à ditadura pelo Brasil	Quais são os lugares de memória reconhecidos? Estão identificados e sinalizados? Constanam no rol de um levantamento de lugares dessa natureza?	Ao longo dos anos pós abertura democrática, muitas foram as iniciativas de identificar, mapear, sinalizar e, em alguns casos, estabelecer projetos memorialísticos para lugares que guardam memórias referentes ao passado recente da ditadura militar. Diante desse cenário e considerando que este Ministério já trabalha em uma ação de mapeamento de tais locais, a identificação de projetos anteriores (ou em curso) eventualmente não identificados, até então, é o escopo deste tema de pesquisa.	Ausência de um levantamento que considere todo o território brasileiro; Ausência de um mapeamento mais completo reconhecido e chancelado pelo Estado brasileiro.	A iniciativa auxiliará a identificação de projetos de implementação de memoriais que podem vir a ser apoiados pelo MDHC; A iniciativa complementará os dados já divulgados no âmbito do projeto Lugares pela Memória, disponível atualmente no Observa DH	Levantamento, registro e descrição de lugares em todo o território nacional; Análise qualitativa dos lugares identificados, considerando potenciais e obstáculos para a elaboração de ações memorialísticas.	Mapa interativo com locais identificados; Inventário reunindo e descrevendo locais identificados; Relatório Técnico que aponte as dificuldades de implementação de políticas de mapeamentos e de obstáculos na instalação de memoriais dessa modalidade.

Eixo 5 | Promoção dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
40. Mapeamento sobre as recomendações das comissões subnacionais da verdade pelo Brasil	Há ações visando a reunião das recomendações expedidas no âmbito das comissões subnacionais da verdade em andamento? Há esforços de articulação interinstitucional para cumprimento das recomendações identificadas?	O fenômeno de coexistência de diversas comissões da verdade pelo país constitui-se como uma experiência sui generis do Brasil. Essa rede de comissões funcionou sem um poder centralizando, ocasionando um caráter difuso aos trabalhos e resultados. Desse modo, as recomendações que se originam no seio de tais órgãos encontram-se espalhadas, sem que tenha havido um esforço de reuni-las e conhecê-las em sua integralidade.	Identificação das recomendações expedidas pelas comissões subnacionais da verdade.	Reunião e divulgação dos dados. Articulação interinstitucional para o cumprimento das recomendações identificadas	Análise qualitativa das recomendações identificadas nas diversas comissões da verdade no Brasil, considerando potenciais e obstáculos para o cumprimento dessas recomendações; Análise qualitativa das ações existentes (União, estados e municípios) para o cumprimento dessas recomendações, considerando possibilidade de articulação e atuação conjunta.	Levantamento geral de recomendações expedidas pelas comissões subnacionais.

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
41. Segurança pública e violência de Estado institucional: letalidade policial e uso excessivo da força	De que maneira a letalidade policial e o uso excessivo da força configuram formas de violência de Estado, e quais estratégias podem ser adotadas para reduzir esses índices e garantir a proteção dos direitos humanos?	Segurança pública e violência de Estado/institucional: letalidade policial e uso excessivo da força.	Ausência de registros sistemáticos nacionais (censoários) integrados de uso excessivo da força, por tipo de força (guarda civil metropolitana, polícias militares, policiais penais etc.) no que diz respeito a: Quantitativo de denúncias de uso excessivo (pelas diferentes vias, ouvidorias de polícia, ouvidorias de DH, Ministério Público etc.) Quantitativo de apurações instauradas por corregedorias - Quantitativo de procedimentos instaurados pelo MP/ controle externo Quantitativo de processos judiciais instaurados por tipologias (lesão corporal grave, tortura, lesão seguida de morte)	A Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência é uma prioridade na agenda ministerial. Elaboração da Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência com vistas a reparação integral do dano, por meio de Decreto.	Levantamento nacional Sistematização de dados indicativos em formato integrado (BI ou outra ferramenta). Produção de relatórios analíticos sobre as evidências produzidas.	Síntese de evidências Policy brief Estudo/ Relatório Técnico.

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
42. Percepções dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos	Qual a percepção dos profissionais de segurança pública sobre os direitos humanos?	<p>Percepção enviesada sobre direitos humanos por parte de profissionais de segurança pública.</p> <p>Antagonismo entre sujeito de direitos humanos e finalidades da segurança pública.</p> <p>Desidentificação do profissional também como sujeito de direitos.</p> <p>Construção de novos paradigmas de compreensão inclusiva e respeitosa sobre direitos humanos por profissionais da segurança pública.</p> <p>Observância de protocolos em matéria de direitos humanos por profissionais de segurança pública.</p>	Ausência de estudos sistemáticos que orientem tomadas de decisão quanto a percepções de profissionais de segurança pública sobre direitos humanos.	Processos de formação de profissionais de segurança pública que valorizem direitos humanos de maneira eficaz. Desenvolvimento e fortalecimento de redes de apoio e valorização de direitos de profissionais de segurança pública.	Levantamento nacional (survey) e grupos focais.	<p>Protocolo de observância de direitos por profissionais de segurança pública.</p> <p>Cartilha/Guia de Direitos para Profissionais de Segurança Pública.</p> <p>Redes de apoio e valorização de direitos de profissionais de segurança pública fortalecidas.</p> <p>Campanha publicitária de sensibilização sobre a importância do profissional.</p>

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
43. Percepções dos familiares sobre políticas públicas para pessoas desaparecidas e seus familiares	Qual a percepção dos familiares das pessoas desaparecidas sobre os serviços públicos existentes no Brasil?	Ausência da protocolos uniformizados de atenção aos casos de pessoas desaparecidas no Brasil. Necessidade de uniformização da atenção aos casos de pessoas desaparecidas, com coleta de dados, rede de investigação com protocolo de ação, fornecimento de informação e acompanhamento por parte dos familiares, bem como tratamento do passivo de casos em abertos existentes no Brasil. Coordenar ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, especialmente no que tange a protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo.	O Brasil aprovou, em 2019, a Lei nº 13.812 que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou em 2023, o Decreto nº 10.622, que criou um Comitê Gestor para implementar os eixos da política nacional. Sistematizar dados das unidades federativas sobre pessoas desaparecidas acerca da sua ocorrência, circunstâncias do desaparecimento, medidas adotadas para busca, informações sobre o passivo existente e atendimento aos familiares das pessoas desaparecidas. Compreender como os familiares das pessoas desaparecidas avaliam o serviço público existente no Brasil.	Criação de protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo.	Por meio de estudo técnico de microdados, é possível verificar como o desaparecimento de pessoas vem sendo registrado e investigado no Brasil; e de forma a saber qual a percepção dos familiares das pessoas desaparecidas, deve-se realizar uma “avaliação da percepção/satisfação de beneficiários”. E, por fim, “análise exploratória de dados”, para estudo das informações até então coletadas pelo Sistema Nacional, para execução dos eixos da Política Nacional.	Síntese de evidências para políticas, análises técnicas de dados existentes e mapas de evidências para apoiar a criação de protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo).

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
44. Percepções das vítimas de violência sobre políticas públicas endereçadas ao grupo	Qual a percepção das vítimas de violência sobre os serviços públicos de atenção existentes no Brasil?	Ausência de política pública para reparação integral das vítimas de violência. Existem serviços públicos para pessoas que sofrem violência, mas as medidas adotadas não servem para reparação integral do dano, que envolve medidas de reabilitação, satisfação, indenização, responsabilização dos culpados, memória e não repetição. A demanda atual busca saber como as vítimas avaliam os serviços atuais e quais/onde esses serviços são executados.	Não há informações sobre a percepção das vítimas acerca dos serviços atuais que são prestados e tão pouco como esse fluxo de atendimento é realizado. As informações existentes são que as vítimas precisam acessar várias instituições públicas para ter acesso à justiça, atendimento médico, atendimento psicossocial, o que por vezes resulta em demora na sua prestação e ineficiência do serviço.	A Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência é uma prioridade na agenda ministerial. Elaboração da Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência com vistas a reparação integral do dano, por meio de Decreto.	A fim de identificar os serviços públicos existentes, requer-se um levantamento e diagnóstico, por meio de um "estudo técnico". Além disso, para avaliar a percepção das vítimas sobre tais serviços, recomendase análise da literatura nacional sobre o tema mediante policy brief, bem como entrevistas, visitas in loco, para que as vítimas e familiares possa expressar sua avaliação sobre os atendimentos realizados e expectativas sobre serviços que sejam executados, conduzindo uma "avaliação da percepção/satisfação de beneficiários".	Questionário (survey). Diagnóstico sobre os serviços públicos voltados para vítimas de violência e a avaliação de vítimas e familiares e suas expectativas sobre eles
45. Fluxo de atendimento das ouvidorias de polícia	Como tornar ouvidorias de polícia estaduais instrumentos de apoio eficazes para a concretização de uma política nacional de direitos humanos, para o campo da segurança pública?	Problema da realidade: ausência de uma política de direitos humanos para a segurança pública. Problema do MDHC: Criar as condições necessárias para a instrumentalização das ouvidorias de polícia, cuja regulação é de competência estadual, para atuarem como mecanismos de garantia da concretização de uma política de direitos humanos e controle social da política de segurança pública.	Dados sobre a compreensão que o Governo Federal e governos estaduais, a sociedade civil e as corporações e agentes das forças de segurança tem sobre o papel das ouvidorias e quais mecanismos qualitativos são necessários para que estas se tornem ferramentas de concretização de uma política de direitos humanos e controle social da política de segurança pública. Dados sobre o impacto das demais ouvidorias de outras políticas, sobre os respectivos resultados esperados.	A tomada de decisão se dá em duas fases: A gestão precisa identificar as ouvidorias como mecanismo de gestão qualitativamente eficiente a concretizar uma política de direitos humanos ao controlar a atuação das corporações de segurança, sobretudo quanto ao uso legítimo da força policial no cotidiano das operações policiais.	Revisão da literatura sobre a funcionalidade das ouvidorias na perspectiva apresentada na definição do problema. Natureza empírica dos estudos, com metodologias que busquem escuta ativa dos atores que constroem a agenda no campo.	Estudos técnicos, análises exploratórias de dados. Sínteses de evidências para políticas. Avaliação da percepção/satisfação de beneficiários, estudos comparativos, pesquisação, análise de conteúdo etc.

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
46. Principais entraves e fatores de sucesso na implementação da política de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em contextos de conflitos territoriais e socioambientais	Quais são os principais entraves e fatores de sucesso na implementação da política de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos em contextos de conflitos territoriais e socioambientais? Como garantir maior efetividade das medidas protetivas em diferentes realidades federativas?	Problema público, necessidade e finalidade: Ameaças e violências sistemáticas contra defensoras e defensores de direitos humanos, em especial indígenas, quilombolas, ambientalistas, mulheres e lideranças LGBTQIA+, diante da fragilidade na articulação federativa e da limitada efetividade das medidas protetivas.	Faltam dados atualizados e sistematizados sobre os entraves à implementação da política nacional de proteção nos estados, e sobre os fatores que afetam a efetividade das medidas protetivas em diferentes contextos territoriais.	Revisão de normativas internas, atualização de protocolos e aprimoramento dos fluxos de articulação interfederativa e interinstitucional no âmbito do PPDDH.	Estudos qualitativos e quantitativos com recorte interseccional, análises comparadas de experiências federativas, e levantamento de boas práticas nacionais e internacionais.	Sínteses de evidências, mapas de evidências, revisão de escopo e estudos de caso que subsidiem decisões estratégicas da gestão do PPDDH.

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
47. Qualidade da prova produzida a partir de depoimentos de vítimas, testemunhas e réus-colaboradores protegidos pelo PROVITA	Como a política pública de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas tem contribuído para a produção de provas qualificadas no âmbito do processo judicial ao longo dos seus 26 anos de existência? Subsidiariamente, qual a percepção dos profissionais do sistema de justiça sobre a qualidade da prova testemunhal de vítimas, testemunhas e réus-colaboradores do PROVITA?	O PROVITA foi criado com o intuito de proteger testemunhas, vítimas e réus-colaboradores em virtude de sua contribuição com o sistema de justiça e segurança pública na elucidação de casos. Com a inclusão da pessoa ameaçada nesta política de proteção, além da preservação da prova testemunhal, opera-se para a (re)inserção social desse sujeito longe do local da ameaça. Entretanto, ao longo dos 26 anos de existência desta política pública, não foi possível estabelecer uma correlação nítida entre inclusão na proteção - contribuição no processo judicial ou inquérito policial - processamento e/ou prisão dos algozes - (re)inserção social e retorno à vida em comunidade. Os atores dessa política pública são vários (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, órgãos do sistema de justiça e segurança pública (polícias, Ministérios Públicos, Juízos, Defensorias Públicas, Polícias, Organizações da Sociedade Civil, Secretarias estaduais, Ministérios de Estado) e o êxito da política depende da eficácia das ações de cada um desses atores, cujo MDHC não possui ingerência.	Dados qualificados sobre a eficácia da política pública de proteção a vítimas e testemunhas no combate à "impunidade"/ não responsabilização; sobre a qualidade da prova testemunhal e sobre a reinserção social das pessoas ameaçadas.	Articulação interministerial para assegurar acesso às políticas sociais durante o período da proteção; articulação interministerial para cofinanciamento da política pública (o orçamento do PROVITA refém do orçamento do MDHC vulnerabiliza a política na medida que compromete o repasse de valores às unidades da federação para a implementação dos programas no territórios); articulação interinstitucional para dar celeridade aos processos judiciais e inquéritos, visando a efetividade da justiça brasileira e a economia de recurso público (o PROVITA era para ser uma política de dois anos de duração e não raramente temos casos que ultrapassam dez anos).	Estudos qualitativos a partir de diálogo/intervista com as autoridades/profissionais do sistema de justiça que atuam/atuaram em casos que contaram com a colaboração testemunhal de pessoas protegidas pelo PROVITA; análise documental dos processos judiciais; revisão de literatura sobre prova testemunhal.	Avaliação da percepção/ satisfação; Policy brief

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
48. Obstáculos políticos, institucionais e estruturais à efetiva implementação dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura no Brasil	Que obstáculos políticos, institucionais e estruturais têm dificultado a efetiva implementação dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura no Brasil?	Apesar da previsão legal e da urgência em combater práticas de tortura e maus-tratos, mais da metade dos estados brasileiros ainda não implementaram plenamente os comitês e mecanismos de prevenção à tortura. Essa lacuna compromete a fiscalização em instituições de privação de liberdade e enfraquece a efetividade das políticas de direitos humanos, especialmente em um país com altas taxas de encarceramento e recorrentes denúncias de abusos.	Apesar do marco legal que prevê a criação dos Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, ainda existem lacunas significativas em sua implementação e funcionamento. Muitos estados sequer instituíram os órgãos, enquanto outros enfrentam problemas relacionados à ausência de estrutura física, recursos humanos especializados, autonomia orçamentária e suporte político-institucional. Além disso, há escassez de dados sistematizados sobre a atuação desses mecanismos e a efetividade de suas recomendações, o que dificulta o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas à prevenção de violações de direitos em instituições de privação de liberdade.	O fortalecimento da política nacional de prevenção e combate à tortura ocorre em um cenário de crescente preocupação com violações de direitos humanos em instituições de privação de liberdade, somado à pressão de organismos internacionais, como o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU, e às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro no âmbito da Convenção da ONU contra a Tortura. A decisão de avançar na estruturação dos comitês e mecanismos estaduais ocorre, portanto, no contexto da necessidade de responder a essas demandas, assegurar o cumprimento da legislação nacional (como a Lei nº 12.847/2013) e enfrentar o cenário crítico do sistema prisional e socioeducativo brasileiro.	Os estudos que embasam esta proposta possuem caráter analítico-descritivo e foram realizados a partir de fontes secundárias (documentos oficiais, relatórios nacionais e internacionais, dados do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, entre outros), além de consultas técnicas com especialistas e representantes institucionais. A abordagem foi orientada por critérios de territorialidade, cobertura institucional e efetividade prática dos mecanismos existentes, visando identificar padrões, fragilidades e boas práticas que possam subsidiar ações estruturantes e replicáveis em nível nacional.	<p>Produto 1: Diagnóstico nacional sobre a implementação dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura, contendo análise situacional por unidade federativa, mapeamento de entraves institucionais e recomendações para a estruturação e funcionamento efetivo dos órgãos.</p> <p>Produto 2: Plano de ação para fortalecimento e expansão dos comitês e mecanismos estaduais, com metas, cronograma, diretrizes técnicas e estratégias de articulação federativa, visando à uniformização de práticas, à capacitação de agentes públicos e ao cumprimento das obrigações legais em todo o território nacional.</p>

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
49. Prevenção e Redução de homicídios no Brasil: estratégias bem-sucedidas	<p>Quais as estratégias implementadas no Brasil foram bem-sucedidas na prevenção e redução de homicídios?</p> <p>Como fortalecer as incidências das políticas de direitos humanos na área de segurança pública, visando à realização do direito à vida?</p>	<p>Alto índice de homicídios nos territórios brasileiros. Desconhecimento das estratégias existentes e das evidências de impacto dessas estratégias de prevenção e redução de homicídios já realizadas no Brasil e na América Latina.</p>	<p>Desconhecimento das estratégias existentes e das evidências de impacto dessas estratégias de prevenção e redução de homicídios já realizadas no Brasil e na América Latina.</p>	<p>Criação Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos homicídios no Brasil.</p>	<p>Literatura nacional e internacional.</p> <p>Dados de territórios.</p> <p>Informações sobre a similaridade do cenário com o do Brasil.</p> <p>Busca em literatura cinzenta - dados, relatórios, documentos institucionais, policy briefs.</p>	<p>Revisão de escopo.</p> <p>Mapas de evidências.</p> <p>Síntese de evidências para políticas e/ou revisão sistemática.</p>
50. Diagnóstico sobre o atendimento às vítimas de trabalho escravo	<p>Quais são os principais encaminhamentos dados as vítimas de trabalho escravo resgatadas?</p> <p>Quais são as políticas públicas acessadas pelo trabalhador/a resgatado/a em trabalho escravo?</p>	<p>Desde de 2021, existe o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo (Portaria n. 3.484, de 06 de Outubro de 2021, que "tem como objetivo promover atendimento especializado e sistematizado às vítimas de trabalho escravo por meio da atuação integrada e organizada de sua rede de proteção". Ou seja, é um instrumento fundamental para garantir que as vítimas de trabalho escravo tenham seus direitos garantidos e sejam devidamente assistidos pelas políticas públicas. Entretanto, existem lacunas no pós-resgate que devem ser melhor compreendidas para aprimoramento da política pública.</p>	<p>Dados qualificados sobre o pós-resgate às vítimas de trabalho escravo.</p>	<p>Aprimoramento do atendimento às vítimas de trabalho escravo. Articulação de políticas públicas e atores na garantia dos direitos aos trabalhadores/as resgatados/as.</p>	<p>Pretende-se obter estudos qualitativos acerca das ações previstas no Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, especialmente no que concerne aos procedimentos adotados na etapa de pós-resgate.</p>	<p>Espera-se a elaboração de relatórios passíveis de compartilhamento com parceiros institucionais, visando ao aprimoramento das práticas de atendimento às vítimas de trabalho escravo.</p>

Eixo 6 | Defesa dos Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
51. O trabalho realizado na ONDH e seu canal de recebimento de denúncias - Disque 100	De que forma a ampliação do conhecimento da população sobre as competências da ONDH e seus canais de denúncia, como o Disque 100 e as ouvidorias itinerantes, pode contribuir para a efetividade da atuação do órgão na promoção e defesa dos direitos humanos?	Necessidade de fazer a população como um todo compreender as competências da ONDH, informando sobre o seu principal canal de denúncias, que é o Disque 100. É necessário levar ao conhecimento do máximo de pessoas que a ONDH presta atendimento pessoal e comunitário por meio das ouvidorias itinerantes e, ainda, que possui um canal disponível 24h por dia para ser utilizado. Os dados levantados servem de parâmetro para identificar qual região ou qual grupo vulnerável necessita de atenção, tanto da ONDH, como por parte das secretarias. A demanda é saber o quanto a ONDH e seu canal é conhecido. A partir daí, poderemos integrar as secretarias e a Ouvidoria para alcançar alinhamento de procedimentos, agilidade no encaminhamento das denúncias de violações de direitos humanos, ampliando o conhecimento da estrutura organizacional do MDHC e suas secretarias.	Saber qual a porcentagem, números de pessoas que conhecem a ONDH e seu trabalho com o Disque 100.	A gestão espera que seja realizada formações visando formar e agregar conhecimentos aprofundados, tanto sobre as temáticas dos direitos humanos, quanto na do encaminhamento de denúncias pela Central do Disque 100.	Pretendemos melhorar o nível de conhecimento sobre a Central do Disque 100 e o encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos relacionadas aos grupos vulnerabilizados. A pergunta seria: Qual o nível de conhecimento sobre a Central do Disque 100 pelos colaboradores, servidores e estagiários do MDHC e pela sociedade em geral?	Formulário com perguntas, extração de dados com gráficos e estatísticas.

Eixo 7 | Educação e Cultura em Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
52. Monitoramento de discurso de ódio em ambiente virtual	<p>Quais as principais formas e o conteúdo de manifestação de discursos de ódio em ambientes virtuais no observadas no Brasil?</p> <p>A partir de um mapeamento geral dessas manifestações, quais seriam as estratégias mais adequadas para o enfrentamento de discursos de ódio e incitação à violência em ambientes virtuais?</p>	Aumento acelerado nas manifestações de discurso de ódio no país nos últimos anos.	<p>Aumento acelerado nas manifestações de discurso de ódio no país nos últimos anos.</p> <p>Ausência de informações sistematizadas sobre as principais formas de manifestação na internet e desconhecimento das estratégias efetivas informadas por evidências de enfrentamento ao discurso de ódio no Brasil.</p> <p>Formular ações no campo do enfrentamento ao discurso de ódio; implementação das recomendações que constam no relatório do GTcombate ao discurso de ódio e ao extremismo no país.</p>	Formular ações no campo do enfrentamento ao discurso de ódio; implementação das recomendações que constam no relatório do GTcombate ao discurso de ódio e ao extremismo no país	Levantamento da literatura nacional e internacional, incluindo informações sobre como o discurso de ódio pode aprofundar as desigualdades existentes (como a pobreza, a fome, o racismo estrutural, o extermínio indígena, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, aporofobia, entre outros) ou provoque processos de revitimização	<p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Diálogo de políticas e síntese do diálogo.</p> <p>Revisão de escopo/ mapas de evidências. Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet</p>
53. Prevenção e enfrentamento ao extremismo no Brasil através da educação em direitos humanos	<p>Qual o cenário brasileiro atual de perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es)?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para prevenir e enfrentar esse problema?</p>	Indisponibilidade de dados atualizados, completos e sistemáticos sobre grupos extremistas no Brasil	<p>Historicamente, os estudos existentes sobre extremismo no Brasil são focados em células neonazistas, e mesmo estes precisam ser atualizados e sistematizados.</p> <p>Estudos sobre manifestações mais recentes do fenômeno, ligadas às novas mídias, como comunidades misóginas e de ataques à democracia, precisam ser sistematizados e traduzidos para a gestão em políticas públicas.</p>	<p>Elaboração de políticas de denúncia e prevenção ao extremismo através de educação em direitos humanos.</p>	<p>Atualização e melhor sistematização do mapeamento de células neonazistas no Brasil.</p> <p>Mapeamento e sistematização de outras comunidades extremas emergentes em ambientes digitais, e sua ancoragem offline.</p>	<p>Síntese de evidências, policy briefs sobre o cenário sistematizado do neonazismo no Brasil e estratégias de prevenção de aumento desses grupos e enfrentamento das influências das ideologias neonazistas na corrosão da democracia e da garantia dos direitos humanos.</p> <p>Mapeamento e sistematização de estudos sobre outras comunidades extremistas no Brasil.</p>

Eixo 7 | Educação e Cultura em Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
54. Prevenção e enfrentamento à perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil	<p>Qual o cenário brasileiro atual de perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es)?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para prevenir e enfrentar esse problema?</p>	<p>Escassez de relatos qualificados de ataques ideologicamente orientados que gerem inssumos para construção de políticas públicas nesse campo.</p> <p>É preciso um levantamento sistemático dos casos em todo o país, com tipologia voltada para a construção de políticas públicas de denúncia, proteção e prevenção. Indisponibilidade de dados atualizados, completos e sistemáticos sobre a perseguição e ataques ideologicamente orientados a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.</p>	Registro e levantamento de casos, por região, com dados sobre vítimas e perpetradores, e formas existentes de encaminhamento ou falta de encaminhamento.	Elaboração de fluxo de encaminhamento de denúncias pelo Disque 100.	Levantamento de dados com distribuição geográfica e tipologia dos casos de ocorrência de ataques e experiências nacionais e internacionais para enfrentamento do problema.	<p>Estudo técnico com levantamento de dados sobre o cenário de perseguição professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.</p> <p>Policy brief contendo estratégias para enfrentamento desse problema em outros países e no Brasil que permita elaboração de proposta de matriz de encaminhamento de denúncias.</p>
55. Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	<p>Como tem se dado a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e quais indicadores são utilizados?</p> <p>Qual o impacto do PNEDH para a implementação do PNEDH nos entes subnacionais?</p>	<p>Quais são as principais dificuldades encontradas para a implementação do PNEDH?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para a adequada implementação de Planos Nacionais no campo de Direitos Humanos?</p>	Informações quantitativas e qualitativas sobre a implementação do PNEDH no país. Informações quantitativas e qualitativas sobre a relação entre a existência de instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos nos entes subnacionais e a implementação local do PNEDH. Informações sobre a correlação entre a implementação do PNEDH e Planos Estaduais e/ou Municipais eventualmente existentes. Efetividade do PNEDH para a implementação do PNEDH. Dados sobre o nível de institucionalização de políticas públicas de Educação em Direitos Humanos no Brasil.	Estratégias de formação em Educação em Direitos Humanos. Estratégias de articulação interfederativa para a implementação do PNEDH. Estratégias de articulação entre o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNEDH) e as instâncias estaduais e municipais de participação social em Educação em Direitos Humanos. Desenvolvimento de capacidades institucionais para políticas públicas de Educação em Direitos Humanos no Brasil.	Levantamento e análise de dados para a elaboração de indicadores de implementação e efetividade do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.	<p>Estudo técnico sobre a implementação do PNEDH.</p> <p>Mapeamento e síntese de evidências sobre a implementação do PNEDH em território nacional.</p> <p>Revisão rápida (qualitativa) sobre a implementação do PNEDH. Diálogo de políticas municipais estaduais e federais de Educação em Direitos Humanos, e síntese do diálogo.</p> <p>Policy brief contendo estratégias para a implementação do PNEDH.</p> <p>Análise exploratória de dados sobre o PNEDH e sua contribuição para a implementação do PNEDH.</p>

Eixo 7 | Educação e Cultura em Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
56. Natureza e Meio Ambiente na Educação em Direitos Humanos	De que forma a temática da natureza e do meio ambiente é abordada na Educação em Direitos Humanos?	Como a concepção de meio ambiente saudável como um direito humano vem sendo contemplada pela Educação em Direitos Humanos no país? Como o direito ao meio ambiente, a transição justa e a mitigação da mudança climática vêm sendo abordados pelas instâncias subnacionais de participação social em Educação em Direitos Humanos? Os temas direito ao meio ambiente, transição justa e mitigação da mudança climática são contemplados por Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos?	Informações quantitativas e qualitativas sobre o direito ao meio ambiente como eixo temático vigente em Planos de Educação em Direitos Humanos municipais e estaduais, instâncias subnacionais de participação social em Educação em Direitos Humanos. Subsídios para a revisão do PNEDH, atualmente em curso.	Redação do eixo "Natureza e Direitos Humanos" a ser inserido na revisão do PNEDH, atualmente em curso. Estratégias de articulação interfederativa para a revisão e implementação do PNEDH.	Diagnóstico e análise qualitativa da inserção do tema direito ao meio ambiente saudável no âmbito da Educação e Direitos Humanos no país	Diálogo de políticas municipais estaduais e federais de Educação em Direitos Humanos, e síntese do diálogo relativo ao tema direito ao meio ambiente. Mapeamento e síntese de evidências.
57. Impactos de empreendimentos empresariais sobre comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas	Quais são os impactos de empreendimentos empresariais sobre comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas? Quais são as medidas necessárias para a mitigação das ações dessas empresas sobre comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas?	Articulação de leis que afrouxam a fiscalização e punição contra empresas que exploram comercialmente áreas ambientais — como o PL 2159/21. Impacto que a exploração ambiental por parte dessas empresas tem na situação de pobreza e miséria das comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas. Naturalização da extinção de povos tradicionais, indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas. Déficit de inclusão das comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas na tomada de decisões relacionados à exploração ambiental.	Mapeamento dos impactos que as atividades empresariais causam na realidade social das comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas. Informações sobre as comunidades mais afetadas pela exploração exercida por essas grandes empresas. Informações sobre quais setores e empresas mais afetam comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas.	Estabelecimento de agendas ESG e RSC como marco normativo, em vez de práticas voluntárias. Elaboração de leis mais impositivas contra as ações de exploração ambiental dessas empresas. Maior inclusão das comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas nas tomadas de decisões relacionadas à exploração ambiental de seus territórios. Utilização de instituições financeiras como reforço para o cumprimento das práticas empresariais voltadas aos direitos humanos — como os Princípios do Equador.	Porcentagem e identificação dos povos que foram prejudicados por atividades empresariais próximas ou dentro de seus territórios. Identificação das ações de entes governamentais para a mitigação do impacto empresarial às comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e populações vulnerabilizadas. Identificação das ações pouco impositivas de entes governamentais que favorecem os atos exploratórios dessas empresas.	Análise ex ante. Análise exploratórias de dados. Estudo técnico. Síntese de evidências

Eixo 7 | Educação e Cultura em Direitos Humanos

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
58. Existência e atuação de instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos nos entes subnacionais	Quais são e como se configuram e atuam as instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos nos entes subnacionais?	Quais são as instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos em atuação nos entes subnacionais? Quais ações vêm sendo desenvolvidas por estas instâncias? Tais instâncias conhecem e utilizam os cursos do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH)? Quais as principais dificuldades encontradas por estas instâncias?	Informações quantitativas e qualitativas sobre as instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos em atuação no país. Informações qualitativas sobre ações desenvolvidas nestas instâncias e sua relação com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Informações qualitativas sobre ações desenvolvidas nestas instâncias e sua relação com Planos Estaduais e/ou Municipais de Educação em Direitos Humanos. Informações sobre a utilização do PNEC-DH por estas instâncias. Dados sobre o nível de institucionalização de políticas públicas de Educação em Direitos Humanos no Brasil.	Estratégias de articulação entre as instâncias subnacionais de participação social em Educação em Direitos Humanos e o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNEDH). Estratégias de articulação interfederativa e capilarização das políticas e ações do MDHC relativamente à Educação em Direitos Humanos. Desenvolvimento de capacidades institucionais para políticas públicas de Educação em Direitos Humanos no Brasil.	Diagnóstico e análise qualitativa da atuação de instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos em atuação nos entes subnacionais.	Estudo técnico e dos programas e ações fomentados pelos governos (municipais, estaduais e federal) em Educação em Direitos Humanos. Mapeamento e síntese de evidências acerca das instâncias de participação social em Educação em Direitos Humanos em atuação nos entes subnacionais. Policy brief sobre estratégias de articulação interfederativa e capilarização das políticas e ações do MDHC relativas à Educação em Direitos Humanos.
59. Prevenção ao discurso de ódio e o extremismo por meio da Educação Midiática na perspectiva da Educação em Direitos Humanos	Como a Educação Midiática, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, pode contribuir para a prevenção do discurso de ódio e do extremismo?	Como a educação digital e midiática vem sendo compreendida no campo da Educação em Direitos Humanos no país? E para prevenção do discurso de ódio e extremismo? Como vem sendo compreendido o direito à cidadania e mídias pelas instâncias subnacionais de participação social em Educação em Direitos Humanos? Em especial para a proteção de grupos vulnerabilizados? O tema educação e mídia estão sendo contemplados por Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos?	Informações quantitativas e qualitativas sobre o direito à educação midiática como eixo temático vigente em Planos de Educação em Direitos Humanos municipais e estaduais, instâncias subnacionais de participação social em Educação em Direitos Humanos. Subsídios para a revisão do PNEDH, atualmente em curso.	Estratégias de articulação interfederativa para a revisão e implementação do PNEDH.	Diagnóstico e análise qualitativa da inserção do tema Educação Midiática na perspectiva da Educação em Direitos Humanos no país.	Diálogo de políticas municipais estaduais e federais de Educação em Direitos Humanos, e síntese do diálogo relativo ao tema da cidadania midiática. Mapeamento e síntese de evidências.

APÊNDICE – Exemplos de produtos e tipos de pesquisas potencialmente aplicáveis no âmbito das prioridades de pesquisa em Direitos Humanos

Produtos de Resposta Rápida e Tipos de Pesquisa			
PRODUTO	CARACTERÍSTICAS	PRAZO ESTIMADO*	EXEMPLO
INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS	Identifica e quantifica as evidências disponíveis sobre determinado tema, informando os estudos e links para acesso.	Curto prazo (5 a 10 dias)	Inventário de referências elaborado pelo Instituto Veredas por encomenda da CGIE .
POLICY BRIEF	Apresenta um breve sumário sobre determinado tema ou problema de pesquisa a partir dos estudos disponíveis, com uma contextualização de variáveis e resultados de políticas relacionadas.	Curto prazo (10 a 15 dias)	Policy Brief da Enap sobre moradia para a população mais vulnerável
REVISÃO RÁPIDA	Identifica, quantifica e classifica as evidências disponíveis, apresentando uma síntese qualitativa ou quantitativa de estudos sobre determinada temática.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Revisão Rápida do Instituto Veredas sobre experiências internacionais em políticas penais
SÍNTESE RÁPIDA PARA POLÍTICAS	Identifica, mapeia e sintetiza o resultado de pesquisas científicas sobre determinado tema por meio do uso de metodologias de revisão sistemática.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Relatório da Enap sobre avaliação biopsicossocial da deficiência
SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS	Identifica, mapeia e sintetiza o resultado de pesquisas científicas sobre determinado tema através do uso de metodologias de revisão sistemática, incluindo avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos e considerações sobre equidade.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Síntese de Evidências para Políticas de Saúde, da EvipNet/Ministério da Saúde
REVISÃO SISTEMÁTICA	Identifica, avalia e sintetiza o conjunto de evidências encontradas a partir de métodos sistemáticos de revisão de literatura, incluindo avaliação da qualidade metodológica dos estudos, avaliação do nível de evidência e da força de recomendação.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Revisão sistemática da literatura sobre desempenho de organizações policiais, da Enap
REVISÃO DE ESCOPO	Identifica e esclarece os conceitos-chave sobre um determinado tema.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Revisão de escopo sobre educação permanente em saúde em ambientes digitais de nova geração, da Enap
DIÁLOGO DE POLÍTICAS E SÍNTESE DO DIÁLOGO	Coleta evidências coloquiais de atores sociais envolvidos em debates dirigidos sobre determinado tema ou política (diálogo de políticas) e sintetiza as evidências coletadas no diálogo (síntese do diálogo).	Curto prazo (5 a 10 dias)	Síntese do diálogo deliberativo sobre melhora na adesão ao tratamento em adolescentes com doença falciforme, da EvipNet
MAPA DE EVIDÊNCIAS	Identifica e organiza evidências disponíveis sobre determinado tema por meio de buscas sistemáticas de estudos que são sintetizados e categorizados em temas e desfechos de interesse.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Mapa de evidências para o sistema prisional, da Enap
ESTUDO TÉCNICO	Analisa micrdados dos registros administrativos e sistemas de informação sobre políticas públicas.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Estudo técnico do MDS para atualização dos territórios com maiores níveis de insegurança alimentar e nutricional - CadÚnico e SISVAN
ESTUDO DE CASO	Investiga com profundidade um “objeto” de pesquisa, preservando o caráter unitário do objeto social estudado.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Estudo de caso sobre potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, da UFRJ/MDS
AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO/ SATISFAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS	Avalia a qualidade de um programa, política ou serviço prestado, a satisfação dos beneficiários e o seu desempenho geral	Médio prazo (30 a 90 dias)	Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes, do MDS
ESTUDOS COMPARATIVOS	Investiga um objeto de estudo em diferentes contextos, comparando características ou resultados.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Estudo comparativo sobre a percepções sobre (des)igualdade de gênero entre civis e policiais, da Enap

Produtos de Resposta Rápida e Tipos de Pesquisa

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS	PRAZO ESTIMADO*	EXEMPLO
PESQUISA ETNOGRÁFICA	Investiga um objeto de estudo a partir da inserção do pesquisador no campo e vivência da rotina diária da população pesquisada.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Estudos etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas, do MDS
HISTÓRIA DE VIDA OU MÉTODO BIOGRÁFICO	Investiga a história de vida a partir de entrevistas biográficas e pesquisa documental, com fontes primárias (entrevistas, cartas, diários) e secundárias (jornais, revistas, vídeos)	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Artigo sobre limites e possibilidades do uso da história de vida em pesquisas com refugiados no Brasil
PESQUISA EM REDES SOCIAIS E PESQUISAS SOCIAIS NA INTERNET	Analisa o conteúdo disponível na Internet/redes sociais para analisar o perfil e atuação de pessoas ou organizações, seus interesses e interações/conexões, como se comportam e influenciam outros comportamentos e as motivações.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Monografia sobre Redes Sociais e Participação Política: Um estudo da página do Senado Federal no Facebook
PESQUISA-AÇÃO	Investiga a ação e a prática a partir de um método em que pesquisadores e participantes da pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Artigo sobre a pesquisa-ação do Projeto Fairwork no Brasil sobre trabalho decente no contexto das plataformas digitais
ANÁLISE DE CONTEÚDO	Investiga o conteúdo semântico de textos ou de um conjunto de documentos (textos, áudio, imagens).	Médio prazo (30 a 90 dias)	Avaliação de programas públicos por meio da análise estruturada dos relatórios de auditoria da CGU
ANÁLISE DO DISCURSO OU PESQUISA NARRATIVA	Investiga práticas de comunicação escritas, orais e imagens de pessoas, instituições, organizações ou sociedades a partir de diferentes perspectivas e tradições de análise.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Artigo baseado em análise de narrativas sobre migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná
AVALIAÇÃO DE IMPACTO	Aplica técnicas econométricas para inferência e projeções de tendências com o intuito de oferecer evidências inéditas sobre as causas ou consequências de determinado fenômeno ou intervenção, quando os dados permitem.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Relatório sobre Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, da Enap
ANÁLISES EXPLORATÓRIAS DE DADOS	Analisa bases de dados previamente estruturadas para investigar padrões temporais, geográficos ou de perfis e características do contexto, do problema ou do público-alvo ou afetado pela política pública.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Análise sobre a distribuição geográfica de médicos residentes e especialistas no Brasil, da Enap
ANÁLISE EX ANTE	Analisa o problema que a política busca enfrentar, suas causas, consequências, atores envolvidos e as características da política, seu desenho e estratégia de implementação, com gestão de risco e análise de confiança e suporte.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Análise ex ante dos programas de inclusão produtiva rural sob a ótica do policy design, da Enap
QUESTIONÁRIO SURVEY	Investiga diferentes percepções sobre um tema de pesquisa a partir de uma amostra representativa do público-alvo.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Resultados do survey sobre o serviço civil no Brasil, da Enap

Elaboração própria, construída a partir das referências listadas.

*Prazo estimado de elaboração dos produtos pode sofrer alterações considerando a capacidade da organização executora.

Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos

Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A – 9º Andar | CEP 70054-906 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-3044 | E-mail: renedh@mdh.gov.br | <https://renedh.mdh.gov.br>

ReneDH **ObservaDH**

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

